

# NINGUÉM FICA PARA TRÁS!

Juventude em proximidade.

CANDIDATURA DE JOÃO TORRES  
A SECRETÁRIO-GERAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA





Uma década de progresso	4
Uma JS de ideias concretas	6
1. Juventude Portuguesa em Proximidade	9
1.1 Economia, Emprego e Habitação	9
1.2 Educação	10
1.3 Ensino Superior e Investigação Científica	12
1.4 Empreendedorismo Jovem	15
2. Portugal em Proximidade	17
2.1 Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Mobilidade	17
2.2 Coesão Social	18
2.3 Coesão Territorial	19
2.4 Igualdade de direitos	20
2.5 Saúde para Tod@s	22
2.6 Cultura para Tod@s	23
3. Europa e Mundo em Proximidade	26
3.1 Atuação Política na Europa e Eleições Europeias	26
3.2 Relações Internacionais e Cooperação para o Desenvolvimento	27
4. Juventude Socialista em Proximidade	29
4.1 Relação com Estruturas Locais	29
4.2 Relação com Estruturas Autónomas	30
4.3 Estudos e Formação Política	30
4.4 Poder Local e Regional e Eleições Autárquicas	31
5. Qualificar a Democracia	33

## UMA DÉCADA DE PROGRESSO

*Pela primeira vez em Portugal, foi desenvolvido um sistema de educação com oportunidades para todos.*

A adoção da escola a tempo inteiro e a massificação do ensino do inglês e das novas tecnologias desde o primeiro ciclo do ensino básico são reformas que promovem uma Escola moderna para o futuro e, ao mesmo tempo, permitem reduzir as historicamente elevadas taxas de retenção e abandono escolar. A diversificação dos currículos no ensino secundário, com a criação de cursos profissionais em paralelo com os cursos gerais, permite que mais de 50% dos jovens neste nível de ensino frequentem estes cursos, obtendo a dupla certificação escolar e profissional.

A criação do programa “Novas Oportunidades” constituiu uma plataforma inestimável para o reconhecimento, validação e certificação de competências a mais de 1 milhão de portugueses, num esforço sem precedentes que procurou colmatar décadas de subqualificação da população ativa. Finalmente, o ensino superior aumentou de forma sustentada o número de vagas, com especial ênfase para o aumento de vagas nos cursos de medicina, ao mesmo tempo que adaptou o sistema ao Processo de Bolonha e reformulou a avaliação e acreditação dos ciclos de estudos, numa transformação cujos resultados serão sentidos na próxima década.

Portugal viveu um período de transformação social e económica na última década sob a liderança de governos do Partido Socialista. Esse legado de progresso, que muito nos orgulha, permitiu e permite a Portugal reduzir atrasos estruturais seculares impeditivos de um desenvolvimento económico e social sustentado. Mais ainda, cria as condições de base para um futuro mais próspero, com um capital humano mais qualificado e com um Estado mais eficaz, ao serviço dos cidadãos e da economia.

*Pela primeira vez em Portugal, foi desenvolvido um sistema de educação com oportunidades para todos.*

Em 15 anos, o investimento em I&D cresceu de 0,5% do PIB (1995) para 1,6% do PIB (2010), enquanto na década anterior tinha permanecido praticamente inalterado, entre 0,4 e 0,5% do PIB. Esta subida significou mais investigadores, mais produção científica de elevada qualidade e mais desenvolvimento tecnológico. Portugal tinha, em 2010, 8,2 investigadores por mil trabalhadores, tendo tido, entre 2005 e 2010, uma subida de 40% no número de artigos científicos em revistas internacionais, a que se juntam quatro anos de balança tecnológica positiva, entre 2007 e 2011. Este caminho trilhado no desenvolvimento da Ciência e Tecnologia é determinante para a criação de empresas de alto valor acrescentado e para aumentar a capacidade de o nosso país fazer face às constantes mudanças do mundo global.

### **Plano Tecnológico: Portugal a inovar.**

Portugal foi, em 2010, segundo a Comissão Europeia, o país líder na disponibilização de serviços públicos online, subindo 14 posições desde 2005. Esta melhoria da qualidade dos serviços colocados à disposição dos cidadãos e das empresas, através do Programa SIMPLEX, tornou o Estado mais eficiente, reduzindo custos e aumentando a capacidade de responder aos desafios do século XXI. O “Cartão do Cidadão”, a “Empresa Online”, o serviço de “Declarações Eletrónicas” de impostos e a “Segurança Social Online” foram algumas das boas práticas referidas pela Comissão Europeia. No plano das novas tecnologias, Portugal atingia em 2010 mais de 2,5 milhões de utilizadores de banda larga no serviço móvel e 2,1 milhões no serviço fixo. Finalmente, o nosso país caminhou decisivamente no sentido de se tornar mais sustentável energeticamente. Em 2010, 52% da eletricidade consumida em Portugal teve origem em fontes renováveis, o que sustenta uma aposta num futuro sustentável ao nível ambiental, mas também social e económico.

### **Políticas de Emprego reforçam o Emprego Jovem e a qualificação profissional.**

Em complemento das apostas decisivas na Escola Pública e no Plano Tecnológico, os últimos quinze anos foram marcados por mudanças profundas no papel do Estado no mercado de trabalho. Para os jovens em particular, houve um aumento sem precedentes no número de estágios nacionais e internacionais e a definição de cursos de formação para desempregados em busca de requalificação profissional. O programa “INOV” aumentou o número de candidatos selecionados de cerca de 100, até 2005, para mais de 500, em 2009 e 2010.

### **Década de avanços sociais sem precedentes.**

Se há legado que esta década deixa aos portugueses é o dos avanços no que respeita aos direitos sociais. Pela sua importância para a JS, destacam-se a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e as alterações ao regime legal do casamento, permitindo o acesso de todos independentemente da orientação sexual. Entre outras, estas foram conquistas há muito desejadas pela JS, na linha da liberdade individual e da verdadeira igualdade entre todos os Portugueses.

Mas foi ainda através dos governos socialistas que ocorreu a modernização de muitos serviços públicos, fator crucial para a sua manutenção e desenvolvimento. Foi assim com o novo mapa judiciário e com as reformas no SNS, tendo como objetivo prestar serviços mais eficientes para um melhor serviço público em prol dos cidadãos e da sua qualidade de vida, sem ignorar a sensibilidade social imprescindível no tratamento destas matérias.

### **A crise das dívidas soberanas destrói a consolidação orçamental feita até 2008.**

O défice público desceu até 2008 para o valor mais baixo desde a entrada na União Europeia, valor que estava dentro do acordado no Pacto de Estabilidade e Crescimento (2,6% do PIB em 2008 contra 6,8% em 2005). Como resposta a uma crise financeira, que teve o seu epicentro nos EUA (crise do subprime), os governos mundiais, com a Europa e os EUA à cabeça, tomaram uma atitude firme na defesa das economias em detrimento do controlo a todo o custo das finanças públicas. É assim que, quer na Europa, quer nos EUA, são lançados ambiciosos planos de investimento público para tentar minimizar os efeitos da crise económica na vida dos cidadãos e das empresas, tentando evitar uma situação semelhante à que se verificou em 1929.

A consequência a médio prazo destas políticas expansionistas foi um ataque especulativo contra o Euro, liderado por fundos de cobertura, com a colaboração de bancos de investimento e de agências de notação financeira de transparência duvidosa, que desvirtuam o primado da política pela finança e colocam os países à mercê dos mercados que eles próprios tinham salvado dois anos antes. A esta postura juntou-se a titubeante resposta da Europa, incapaz de se fazer ouvir e de ser uma verdadeira União política, solidária e fraterna. Ficou assim lançado o caminho para ataques especulativos contra países de economias mais frágeis (Grécia, Irlanda e Portugal) e com um contágio eminente aos países centrais no panorama Europeu.

Hoje, mais do que a crise das dívidas soberanas, vive-se uma crise da construção Europeia, em que só um caminho firme e inequívoco a uma só voz pode sustentar o desmembramento do Espaço Europeu com consequências imprevisíveis à escala mundial.

## UMA JS DE IDEIAS CONCRETAS



A crise das dívidas soberanas em que vive a Europa e que atinge violentamente Portugal faz crescer a angústia sentida pela sociedade portuguesa e, em particular, pela sua juventude. A sinergia entre os motivos da crise e a falta de resposta concertada de uma Europa cada vez mais dividida pode conduzir à desestruturação do modelo de governação e organização socioeconómica que presidiu à fundação e integração do projecto europeu. Da desagregação do tecido social, fragilização do setor público, e agravamento da recessão económica, emerge hoje um clima tépido, de incerteza e desânimo. Vai ganhando força a tese do rumo inevitável ao neoliberalismo, que mina a democracia e retira confiança aos cidadãos.

Agrava-se o desinteresse pela participação cívica e política e perspetiva-se uma clivagem social de recuperação lenta e difícil. Os portugueses e, em particular, os seus jovens, sentem as suas aspirações pessoais e coletivas coartadas, sentem degradar-se a cada dia as possibilidades para a sua autonomização socioprofissional e para o equilíbrio social e florescimento económico das suas comunidades. **Um país em que os Jovens não têm o seu espaço, não ganham a sua autonomia e não contribuem para o desenvolvimento da economia é um país votado ao fracasso.**

Neste clima de crescente tensão social, exige-se dos responsáveis políticos propostas concretas que possam dar esperança aos que caíram no desemprego, aos que nunca tiveram a oportunidade de trabalhar, aos que se vêem forçados a emigrar, aos que se mantêm no país confrontados com baixos rendimentos, aos estudantes que perdem apoios financeiros e benefícios sociais, aos que vivem os problemas das centralidades urbanas e aos que vivem num interior despovoado que o Estado parece ter abandonado.

**Acreditamos que não há apenas um caminho a seguir.** Acreditamos que é possível resolver os graves problemas que a Europa e Portugal atravessam sem menosprezar os que não têm voz, nem pondo em causa o Estado Social que a Europa construiu desde o pós-Guerra. Este é o nosso caminho: soluções concretas para a Juventude e para Portugal, que discutam as questões do presente, e antecipem as grandes causas do futuro, sempre integrados no contexto europeu, que não queremos nem podemos ignorar. Uma via que, pela força do exemplo, possa ajudar a qualificar a democracia portuguesa.

Este é um projeto de proximidade e de vivência diária, em que a Juventude Socialista se encontra com os seus apoiantes de base e com a juventude portuguesa em geral, transformando este ideal num caminho conjunto, que procura enquadrar, refletir e dar resposta aos dilemas da nossa geração.

Os desafios, do tempo presente e do futuro, implicam a Juventude Socialista no debate e construção de soluções concretas, pragmáticas e exequíveis, em prol da integração e emancipação social dos jovens e dos cidadãos mais desfavorecidos. Esse caminho deve ser prosseguido através da promoção do emprego e do desenvolvimento económico local, sustentável e ecológico, da organização dos recursos económicos, baseados na redistribuição e reciprocidade, e do incentivo à participação política, através de modelos e instrumentos de governação locais, cívicos e participativos.

É através deste **caminho de proximidade** com os jovens portugueses e europeus que a Juventude Socialista afirma as suas prioridades para os próximos dois anos, como parte de um caminho de médio e longo prazo que, não rejeitando o seu passado, procura as soluções para o futuro.

É através destas prioridades que a Juventude Socialista se compromete com uma política de proximidade a vários níveis, através da comunicação e do diálogo construtivo, tanto no seio da sua estrutura, como com os interlocutores sociais representativos da juventude portuguesa, as outras juventudes partidárias, as associações cívicas, sindicatos, movimentos ativistas, associações de estudantes, investigação científica, e cultura; e com as estruturas internacionais com que partilha o ideário, em particular as juventudes socialistas, sociais-democratas e trabalhistas europeias.

Será da capacidade de a Juventude Socialista estar em proximidade, por procurar dialogar, conhecer e refletir as aspirações e anseios da sua geração e da sua comunidade, e de ser a proximidade, através da promoção de políticas de coesão e solidariedade social, que resultará a justa medida da sua influência, da sua contribuição para o projeto socialista e para a ultrapassagem do momento crítico do país.

São dois os desafios fundamentais com que a JS se confronta: qualificar a democracia e contribuir decisivamente para o desenho de um novo programa de governo para Portugal.

Qualificar a democracia é um desafio transversal a todas as estruturas político partidárias. De facto, não podemos ficar indiferentes à perceção de uma considerável franja da sociedade, que olha com desconfiança para partidos políticos e juventudes partidárias. O caminho da credibilização passa necessariamente por ouvir e interpretar as preocupações e os anseios dos cidadãos, em efetiva proximidade e inculcando no nosso discurso político uma dimensão de humildade.

Nos últimos meses, tem-se assistido a um notável acréscimo de participação cívica por parte de jovens em movimentos cívicos e sociais. Compete à JS perceber de que forma pode canalizar estas formas de participação para o interior da sua estrutura, estabelecendo-se como um espaço credível de afirmação de múltiplas aspirações. Reiteramos que a qualificação da democracia é um desafio que tange todo o espectro político-partidário, porquanto só uma ação concertada pode conduzir ao reforço da confiança nas instituições democráticas. A JS cumprirá o seu papel neste momento tão exigente da nossa história.

O desafio de acompanhar o PS na conceção de um projecto político de médio prazo para a governação do país, que implica uma profunda discussão ideológica e programática, constitui igualmente uma prioridade política para a nossa organização. Particularmente no que concerne às políticas de juventude, deve relevar-se que hoje se apresentam como verdadeiras causas fraturantes da nossa sociedade o acesso ao **emprego** – e, em especial, a um emprego não precário – o acesso ao **ensino superior** – atendendo ao regime claramente insuficiente de atribuição de bolsas de estudo – o acesso à **habitação** – tendo uma expressão quase nula os apoios ao arrendamento jovem – e a própria **mobilidade**. É sobretudo em torno destas preocupações que a JS deve incidir a sua reflexão política, apresentando propostas concretas que reforcem a sua noção de utilidade junto de todos os portugueses, porque, em última análise, é essa mesma utilidade que vemos diariamente posta à prova pela juventude e demais cidadãos.

Não obstante a busca de propostas para fazer face à crise que atravessamos dever ser uma prioridade para a JS, impõe-se igualmente que saibamos rasgar novos horizontes na discussão política e ultrapassar as barreiras da convencionalidade. Da mesma forma que, ao longo da última década, os jovens socialistas têm sabido encontrar novas bandeiras políticas progressistas, que têm reforçado o carácter identitário da nossa organização, ao longo dos próximos anos teremos de dar sequência a este permanente desafio, sublinhando a importância, entre outras, de problemáticas como o diálogo intergeracional ou o conceito de economias verdes inclusivas.

A Juventude Socialista quer promover a apresentação de políticas concretas e inovadoras, em prol da salvaguarda do modelo social europeu, da coesão territorial, económica e geracional, contribuindo assim para uma plataforma política solidária, regional, nacional e europeia.





# 1. JUVENTUDE PORTUGUESA EM PROXIMIDADE

## 1.1. ECONOMIA, EMPREGO E HABITAÇÃO

A atual crise das dívidas soberanas, que afeta Portugal e a Europa, tem como consequência direta a degradação da economia e o aumento do desemprego. As últimas previsões económicas apontam para uma total estagnação do PIB na zona euro este ano e para uma subida de menos de 1% para 2013. Para Portugal (tal como para os outros países mais afetados pela crise) as perspectivas são claramente piores: 3% de contração do PIB em 2012 e 0.9% em 2013. Em termos sociais, a recessão profunda que vivemos tem um reflexo imediato e cruel no aumento do desemprego, em particular para os jovens, trabalhadores precários e menos qualificados. Os números do desemprego em Portugal revelam que mais de 35% dos jovens até aos 24 anos e mais de 17% dos 25 aos 34 anos estão desempregados, ou seja, que mais de 380 mil jovens até aos 35 anos procuram emprego em Portugal.

Em finais de 2008, os países da UE adotaram extensos programas de estímulo à economia como resposta à crise do subprime, a qual precedeu a crise das dívidas soberanas. Desta vez, a resposta tímida e quase inexistente dos líderes europeus tem sido a de privilegiar uma contenção orçamental a todo o custo, sem atender aos seus efeitos colaterais para as economias nacionais, europeias e mundial e, consequentemente, para as populações. Tem feito ainda o seu caminho a diabolização permanente da intervenção do Estado na economia, em geral, e do investimento público, em particular, culminando na chamada “regra de ouro orçamental”, inviável e impraticável em países periféricos como Portugal.

Esta receita de corte abrupto e injustificado no investimento público tem levado a um aumento generalizado do desemprego e, com isso, das prestações sociais associadas e torna irrelevante a estratégia política que pretende reduzir os défices públicos ao cortar o dinheiro que chega à economia: o dinheiro poupado na redução do investimento público é rapidamente consumido pelo aumento das prestações sociais de desemprego e pela diminuição das receitas fiscais. Não é por isso de estranhar, ao contrário do que diz o atual governo, que as receitas fiscais estejam a descer e também não é de estranhar, lamentavelmente, a subida do desemprego.

A Juventude Socialista defende uma maior intervenção do Estado como agente central na dinamização da economia, apostando no investimento público, e a promoção de novos modelos económicos, locais, colaborativos e participativos, como resposta destacada à recessão económica europeia, e à descapitalização do sistema financeiro português. As soluções associativistas têm, no atual contexto crítico, o potencial de contribuir para a revitalização do aparelho produtivo nacional e para a criação de emprego precisamente por, e comparativamente com o setor privado com fins lucrativos, estarem vocacionadas para custos de produção, capital de partida e riscos financeiros mais limitados, correspondendo de forma mais imediata às necessidades da comunidade envolvente.

**A JS defende hoje, como no passado, uma consolidação orçamental acompanhada de medidas de incentivo à economia, incluindo investimento público, que**

**permitam mitigar os efeitos da austeridade – recessão e desemprego – colocando a economia ao serviço das populações.**

Do ponto de vista social, a recessão da economia tem uma consequência devastadora no aumento dos números do desemprego, chegando-se a números inimagináveis até há bem pouco tempo. É reconhecido que os números alarmantes de desemprego são, em grande parte, devidos ao impacto da crise financeira e económica e às medidas de contenção orçamental em toda a zona euro. Não deixa, contudo, de ser verdade que o desemprego estrutural dificilmente irá recuar para os níveis do início do século XXI, se não adotarmos novos conceitos e novas soluções sobre o fenómeno do emprego à escala mundial, que enquadrem o progressivo aumento da tecnologia e da diminuição da mão-de-obra necessária para atividades de produção com baixa qualificação.

O flagelo do desemprego não pode ser entendido como inevitável, tal como é tónica do atual governo, nem como uma mais-valia para que os cidadãos saiam da sua zona de conforto. Mais ainda, não se pode aceitar que, a reboque da crise e do desemprego, sejam delapidados direitos sociais e laborais que demoraram décadas a conquistar, com o falso pretexto da competitividade e da comparabilidade com o exterior. Temos a profunda convicção de que a precariedade laboral que se tem vindo a instalar não conduz à criação de um mercado de trabalho justo, qualificado e condigno e não assegura as condições de estabilidade, auto-subsistência e valorização pessoal que é devida a todos os trabalhadores esforçados e dedicados.

**A JS propõe a inclusão de estágios nos currículos dos cursos profissionais e discorda da opção de adiar esta experiência para depois da conclusão do ensino secundário.**

Entendemos que se podem potenciar oportunidades de mais e melhor emprego através do reforço da ligação de vários atores (sociedade civil, empresas, o ensino profissional e ensino superior, autarquias) como agentes dinamizadores da ligação entre o tecido empresarial e a comunidade educativa.

**A JS defende o fomento dos mecanismos de transição entre o período de formação e o mercado de trabalho, nomeadamente através de:**

**(i) reabilitação de estágios de inserção profissional que recuperem os moldes dos projetos “INOV”, assegurando uma experiência que inclua simultaneamente uma dimensão nacional e internacional e a possibilidade de renovação automática do vínculo com a empresa em Portugal (com benefícios fiscais que estimulem a empresa à renovação);**

**(ii) reativação dos estágios PEPAL - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local e PEPAC - Programa de Estágios Profissionais na Administração Central, com a possibilidade e/ou preferência de integração nos quadros dos respetivos organismos.**

**A JS defende o aumento dos incentivos fiscais a empresas que recebam pessoas provenientes de projetos de reinserção social e o fomento de linhas de financiamento para a criação de empresas ligadas a projetos de inserção social;**

A JS propõe o aumento da oferta e diversificação de cursos a desempregados, adaptando a oferta formativa ao mercado laboral envolvente e a agilização dos processos de reinserção na vida activa.

A JS acredita nas vantagens da aprendizagem ao longo da vida e defende a manutenção dos cursos criados no âmbito do programa “Novas Oportunidades”, com as adaptações recomendadas pelas experiências entretanto adquiridas.

A JS valoriza as vantagens das iniciativas individuais ou de grupo que visem a criação do próprio emprego e defende a reabertura das inscrições no programa “CPE - Criação do Próprio Emprego”.

A JS lutará contra a diminuição dos direitos laborais dos jovens trabalhadores e criará mecanismos adequados à denúncia judicial e política de situações de falsos recibos verdes e de estágios não remunerados que violem a legislação aplicável.

A JS lutará contra a criação de bloqueios artificiais e ilegítimos à entrada dos jovens diplomados no mercado de trabalho, nomeadamente aqueles que se baseiam na mera lógica corporativa de proteção de determinada classe profissional.

No que se refere ao acesso à habitação, dimensão essencial da emancipação jovem, consideramos relevante a criação de planos para a reabilitação dos fogos urbanos degradados, nomeadamente nos centros das cidades e o povoamento das regiões interiores e insulares.

A JS propõe a criação de planos de requalificação urbana para os centros históricos, com benefícios acrescidos para jovens à procura de habitação própria.

A JS defende a alteração da legislação por forma a permitir a expropriação dos prédios que se encontrem devolutos ao fim de determinado número de anos, para criação de residências de estudantes ou para habitação jovem.

A JS defende a revitalização do mercado de arrendamento justo e de acordo com o real valor dos imóveis, com a definição de um conjunto equilibrado de direitos e deveres entre arrendatários e senhorios, salvaguardando a proteção social aos grupos sociais mais vulneráveis (idosos, pessoas com deficiência, pessoas carenciadas, desempregados).

A JS defende a disponibilização de imóveis retidos pelos bancos, a preços inferiores aos que são praticados no mercado, canalizando-os para jovens, famílias com jovens a cargo, e grupos sociais vulneráveis.

De forma a dar resposta aos crescentes casos de incumprimento do crédito à habitação, que têm vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, **a JS defende que a liquidação do empréstimo à habitação fique consumada com a entrega do imóvel ao banco, em caso de comprovada dificuldade financeira do agregado familiar.**

A JS defende igualmente a regulação financeira da atividade de empréstimos bancários, por forma a não onerar casais que se divorciam e outras situações de alteração do rendimento e condição social do agregado familiar.

A JS defende o reforço e incentivo do programa Porta 65, o qual deve ser repensado e definido, aproveitando fogos devolutos, que podem ser usados para resolver as carências habitacionais jovens.

A JS defende a criação de um programa de habitação social através da criação de comunidades auto-sustentáveis. Esse programa assenta na criação de um banco de voluntariado entre vizinhos, em que estes disponibilizam o alojamento com o objetivo de fomentar os laços sociais e de reforçar o diálogo intergeracional entre jovens e idosos com dificuldades financeiras. A participação no programa deve conceder a redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), numa fase inicial.

## 1.2. EDUCAÇÃO

A sustentabilidade da economia europeia e, portanto, de Portugal, far-se-á apenas com mais e melhor qualificação da sua população. Nesse sentido, a definição adequada das políticas de educação é determinante para aumentar a inclusão e coesão social, e para conseguir maior qualidade de vida para os cidadãos. As políticas educativas não podem estar especialmente condicionadas por objetivos contabilísticos, que negligenciam as vantagens de uma população qualificada e simultaneamente desfavorecem a inclusão da população mais carenciada.

O adequado investimento na área da educação é também relevante para que Portugal possa cumprir os seus compromissos internacionais no âmbito da estratégia Europa 2020. Com efeito, nos próximos 10 anos, os desafios do país em matéria de educação são enormes: até 2020, Portugal deve diminuir a taxa de saída precoce dos sistemas de educação e formação (abandono escolar) de 31% para 10% e deve aumentar o número de diplomados de ensino superior na faixa etária 30-34 anos de 21% para 40%.

Para a JS, a educação é um dos pilares centrais da intervenção do Estado, sendo a manutenção e aprofundamento da rede pública de educação uma das suas maiores responsabilidades. Os desafios que Portugal tem pela frente não se compadecem com uma estratégia de desinvestimento na educação pública, como aquela que é evidenciada pelo atual governo. Uma rede pública de ensino deve ser baseada na oferta pública de qualidade com recursos humanos, técnicos e de equipamentos adequados a cada nível de ensino. Particularmente relevante é a necessidade de o Estado assegurar o número de professores e auxiliares necessários para que a educação possa ser feita com qualidade e verdadeiro acompanhamento pedagógico, em turmas de dimensão adequada.

A JS permanece irredutível, hoje mais que nunca, na defesa e reforço da escola pública. A defesa da escola e ensino públicos de qualidade, e da escola inclusiva e de gestão democrática onde “ninguém fica para trás”, são os principais eixos de combate e de proposta política da JS.

O presente rumo da Educação, tanto no ensino básico, como no secundário, preconizam um recuo em conquistas sociais, pedagógicas e curriculares dos últimos anos com consequências gravosas para a qualificação dos jovens

portugueses e para a vida das famílias. O desinvestimento inconsciente de uma das principais áreas de intervenção do Estado, aliado a uma perceção conservadora sobre a escola e o ensino, retiram o aluno do centro da educação e denegam à pedagogia, aos espaços de aprendizagem informal e à participação na vida escolar, um lugar na hierarquização dos saberes que a JS considera fundamental recuperar e reformar.

A promoção da igualdade de oportunidades como âmbito do papel da escola pública na sociedade e como parte integrante de uma política de defesa do Estado Social são para a JS objetivos compatíveis com a promoção da qualidade e modernização do ensino e com o combate ao insucesso escolar, como se espelha nas causas e propostas que a JS defendeu e continua a defender como o alargamento da escolaridade obrigatória, a educação sexual e para a cidadania ou a utilização das novas tecnologias ao serviço do ensino.

A redução de horários e disciplinas de formação essencial, como via de reduzir o número de professores, e o modelo de gestão dos mega-agrupamentos, como via da poupança em serviços essenciais para os alunos e da formação dos jovens, são o espelho de uma visão economicista da gestão da coisa pública, modelo com o qual não podemos concordar.

O desprezo pelos modelos de aprendizagem ao longo da vida e o aumento do número de alunos por turma, que dificulta o sucesso e a prática da pedagogia diferenciada, aliados a uma prática educativa baseada em resultados de curto prazo, revela uma visão conservadora, a que a JS deve responder com propostas orientadas para um modelo de escola e ensino público verdadeiramente para todos.

Nesse sentido, importa defender a universalização do ensino pré-escolar, que se constitui como um eixo de defesa fundamental de aposta nas qualificações e apoio às famílias. O alargamento da rede de pré-escolar constitui um passo fundamental para a garantia da escola pública e confere aos jovens maior capacidade para constituir família. A aposta na qualidade da oferta pública do pré-escolar é um passo essencial para o sucesso das qualificações e formação do aluno e do indivíduo.

**A JS defende, clara e inequivocamente, o primado da Escola Pública de qualidade, como um dos eixos essenciais para a inclusão social dos jovens portugueses.**

É importante também valorizar a aposta na ação social escolar direta e indireta como meio para atingir a igualdade de oportunidades e de aprendizagem. A dificuldade generalizada e crescente das famílias tem que estar presente na realidade das escolas, reforçando a ação social. Propostas como o projeto-piloto do empréstimo de manuais escolares, a identificação precoce de situações de emergência social e a distribuição de mais e melhores refeições nas escolas, ou a defesa de passes e transportes escolares para jovens, devem ser centrais num projeto político da JS.

Face aos recuos que se verificaram na Educação para a Cidadania, devemos refletir sobre ofertas curriculares que acompanhem todo o percurso do aluno. A disciplina de Formação Cívica, pouco valorizada dentro do quadro de aprendizagem, não dota os alunos das competências e ferramentas enquanto cidadãos e participantes da vida pública. No mesmo sentido, importa discutir o modelo da Educação Sexual atualmente existente nas escolas.

Face aos avanços que foram implementados pelos governos socialistas nos últimos anos, é importante manter o que foi feito de bom e garantir a transversalidade do uso das

novas tecnologias no ensino e os avanços ao nível do ensino especial, hoje com os apoios bastante reduzidos, o que cria dificuldades acrescidas para os alunos com necessidades educativas especiais.

**A JS defende a universalização da rede de ensino pré-escolar, que deve possuir uma distribuição territorial adequada a satisfazer as carências das populações, seja nos grandes centros urbanos, no interior ou nas freguesias rurais.**

**A JS defende o uso extensivo das novas tecnologias dentro da sala de aula de forma transversal a todas as disciplinas, usando programas didáticos, como forma de preparar os jovens para um mundo cada vez mais global e tecnológico.** Para tal, a JS defende a formação de professores na área da informática e novas tecnologias, de forma a potenciar os recursos do Plano Tecnológico existente nas escolas.

**A JS defende que os manuais escolares do 1.º ciclo devem ser distribuídos gratuitamente às famílias, como forma de minorar um dos principais encargos anuais que estas têm com a educação dos seus filhos.** Propõe-se que a distribuição gratuita seja competência das autarquias locais a quem competiria adquirir previamente os referidos manuais.

**A JS defende a continuidade dos programas de requalificação do espaço escolar, necessários para uma experiência educativa consentânea com os requisitos do século XXI e para a diversificação da oferta formativa.** Para tal, a JS defende a conclusão dos projetos de requalificação já aprovados, como medida que anteceda o alargamento da rede escolar.

Um sistema educativo do século XXI tem de ser um auxiliar das famílias, permitindo conciliar de forma inequívoca a vida profissional com a vida familiar. Um sistema educativo moderno tem de preparar os jovens com as melhores ferramentas para um mundo global em mudança constante. Um sistema inclusivo tem de ser capaz de promover a formação contínua nos diversos níveis de ensino e de criar diferentes caminhos para públicos cada vez mais diversos.

A recente aprovação do aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos e a crescente vontade de muitos milhares de portugueses em complementar a sua formação colocam novos desafios ao sistema educativo. Contudo, esta diversificação não pode implicar a desresponsabilização dos agentes educativos, nem bicos sem saída para um jovem. Sabemos que são tempos de mudança e de aperfeiçoamento do sistema e, eventualmente, de repensar o próprio desenho do sistema educativo, sem “deixar ninguém para trás”. Opom-nos a uma escolha precoce das crianças e suas famílias. Ao invés, preconizamos um caminho comum maioritário até ao 9º ano de escolaridade, após o qual um leque de opções deve ser colocado à disposição do aluno e suas famílias.

**A JS defende a educação integral do indivíduo, na qual as artes, o desporto, a cultura e a cidadania têm um papel essencial.**

**A JS defende um número de alunos por turma que esteja de acordo com o nível de ensino e idade das crianças / jovens e que permita uma aprendizagem correta por parte dos alunos.**

**A JS defende o regresso às reformas do ensino especial, de forma a apoiar devidamente a melhor inclusão de alunos com necessidades especiais, beneficiando de turmas reduzidas e programas especiais.**

Para além disto, consideramos que as escolas devem atuar no sentido de tornar todos os alunos elementos ativos da integração dos alunos com necessidades educativas especiais e devem proporcionar a formação essencial a todos os alunos no sentido de aprofundar a tolerância e o apoio mútuo entre colegas.

**A JS defende o alargamento de apoio psicológico nas escolas e a verdadeira implementação do Gabinete do Aluno em todos os estabelecimentos de ensino.**

**A JS repudia a atual versão do Estatuto do Aluno, particularmente no regime de faltas que veio estabelecer, que se revela penalizador para a família e não combate o insucesso ou promove a participação escolar.**

**A JS defende o reforço nas medidas de deteção precoce de problemas de aprendizagem e da sua correção reduzindo a necessidade de retenção dos alunos e tendo em vista a manutenção do grupo-turma.**

**A JS repudia a escolha precoce dos jovens e entende que o sistema educativo deve ser o mais comum possível até ao 9º ano de escolaridade.**

**A JS defende o reforço e alargamento dos cursos profissionais no ensino Secundário, como forma de certificação escolar e profissional, repudiando a estigmatização destes e relevando as suas taxas de empregabilidade.**

**A JS advoga a manutenção de um concurso nacional de professores em várias etapas de colocação, o qual confere transparência e abrangência ao sistema de colocação do pessoal docente.**

### **1.3. ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

O aumento do número de estudantes inscritos em cursos superiores é assinalável nos últimos 15 anos – de 290 mil em 1995 para 396 mil em 2011. Paralelamente, foram reforçadas vagas em setores com claro défice de profissionais em Portugal, como é o caso das Ciências da Saúde – de 19 mil em 1995 para 64 mil em 2011. Ao nível da formação avançada, Portugal tem aumentado os seus indicadores de número de doutoramentos e investigação para níveis próximos da média europeia: 18 mil estudantes de doutoramento em 2011 comparando com menos de 3 mil em 1998. A rápida expansão dos sistemas de ensino e investigação faz com que seja necessário aumentar a qualidade da formação inicial e avançada, permitindo a verdadeira diversificação das missões das instituições de ensino Superior.

Para a Juventude Socialista, Portugal não tem diplomados a mais. A afetação de vagas não pode ser feita exclusivamente com base nas necessidades imediatas do mercado, nem usando estatísticas gerais de empregabilidade dos cursos que deturpam as realidades locais e regionais. Consideramos fundamental que seja pensado o papel do sistema binário em vigor no nosso país e que tal reestruturação considere

o impacto na economia local e regional, que é gerado pela existência de instituições de ensino superior, a qualidade da formação ministrada e a oferta educativa colocada à disposição dos estudantes.

É essencial que o debate sobre a reorganização da rede seja acompanhada por uma reflexão do atual sistema de financiamento do ensino superior que vise, entre outros: a previsibilidade do financiamento das instituições como forma de permitir um planeamento estratégico adequado; a redução dos custos de frequência dos estudantes do ensino superior, nomeadamente através de formas alternativas para compensar a eliminação ou redução do valor das propinas pagas atualmente; a compatibilização entre as missões das instituições e a sua forma de financiamento. Finalmente, a atual crise financeira não pode significar a desresponsabilização do Estado para com o ensino superior, visível no aumento de diversas taxas e emolumentos a pagar pelos estudantes que a Juventude Socialista repudia veementemente.

**A JS reafirma o ensino superior como uma prioridade nacional sendo para isso fundamental dotar o sistema de um financiamento ao nível da média Europeia, único caminho para a garantia de um sistema universal e de qualidade para todos.**

**A JS defende a necessidade de um grande debate nacional para uma reorganização da oferta formativa e da rede de instituições públicas, tendo como agentes essenciais as instituições de ensino superior e as suas Associações Académicas e de Estudantes.**

**A JS propõe a alteração da lei de financiamento das instituições de ensino superior, instituindo uma base plurianual de financiamento de forma a melhorar a programação estratégica das instituições e a sua evolução de médio e longo prazo.**

**A JS vai identificar mecanismos fiscais e de financiamento que permitam a eliminação ou redução das propinas pagas pelos estudantes no momento da frequência do ensino superior, sem que tal signifique uma redução no financiamento das instituições.**

**A JS defende a limitação das taxas e emolumentos pagos pelos Estudantes, que constituem uma forma encapotada de financiamento das instituições de ensino superior.**

As instituições de ensino superior são um espaço privilegiado de democracia participativa. A evolução do sistema foi feita com a participação dos seus elementos internos: docentes, estudantes e funcionários. As novas exigências da gestão pública e da responsabilização dos titulares dos cargos de gestão e a necessidade de abrir as instituições à sociedade motivou uma profunda transformação do modelo de gestão, em 2007. Este novo modelo produz uma aproximação entre a sociedade civil e o sistema de ensino superior, com a presença de elementos externos nos Conselhos Gerais, que importa potenciar e melhorar. Com efeito, mais do que a sua presença, é preciso aproveitar a sua mais-valia para a criação de sinergias que criem valor científico, pedagógico, organizacional e financeiro para as instituições melhorarem a formação e investigação ministrada.

Contudo, a entrada destes elementos externos significou a perda muito expressiva da representatividade dos estudantes

(e funcionários) dos órgãos das instituições, o que, desde 2007, a Juventude Socialista vem criticando. Esta presença é preponderante porque se trata de um momento de participação cívica e democrática que carece de reforço no momento que atravessamos, potenciando a troca de ideias e a confrontação saudável de diferentes pontos de vista para um bem comum – a melhoria da qualidade da instituição. Ademais, os estudantes do ensino superior são, tal como é reconhecido em muitos países europeus, cidadãos adultos especialistas no processo ensino-aprendizagem.

Ao mesmo tempo é preciso reafirmar o papel das Associações Académicas e de Estudantes (AAEE) como o de interlocutor preferencial da perspectiva estudantil numa lógica estratégica e sistémica. Para isso, importa reforçar o seu papel a três níveis: dentro das instituições de ensino superior, como legítimo representante dos estudantes, fomentando os estados de diálogo formal e informal com a AAEE; ao nível do governo, dando a devida atenção aos problemas, anseios e sugestões das AAEE, nomeadamente, na definição de políticas de ensino superior e juventude; e ao nível das Autarquias, onde as AAEE's são parceiras preferenciais das políticas de juventude que se consubstanciem na melhoria das condições de vida dos jovens.

**A JS propõe um aumento da representatividade dos estudantes nos órgãos de gestão das instituições de ensino superior, incluindo das AAEE's, que permita uma presença consequente e não apenas simbólica dos estudantes na definição de políticas e estratégias das instituições.**

**A JS atuará no sentido de sensibilizar para a importância das Associações Académicas e de Estudantes como representantes legítimas dos estudantes e como interlocutores fundamentais e insubstituíveis das instituições de ensino superior, Governo e Autarquias na definição de políticas que afetem os estudantes, em particular, e a juventude, em geral.**

Uma das premissas do sistema público de educação é a garantia de uma verdadeira igualdade de oportunidade entre todos os Portugueses, independentemente da sua proveniência socioeconómica. Este é um esforço sem fim, que exige dos decisores públicos uma atenção redobrada em momentos de crise económica e social. Para a Juventude Socialista, é essencial que o Estado garanta as condições adequadas para que os estudantes de ensino superior com maiores carências económicas possam ter igual oportunidade de acesso à formação superior.

Nesse aspeto, é fundamental que os mecanismos de ação social direta e indireta sejam reforçados: por um lado, alterando o sistema de bolsas de estudo de forma a permitir um reforço destes apoios para uma vida digna de todos os que frequentam o ensino superior, aumentando o número de estudantes que usufrui de bolsas de estudo; por outro lado, alargando a oferta de camas em residências nas cidades onde a oferta não esteja a fazer face à procura de alojamento, fornecendo cantinas de qualidade para todos a preços sociais e aumentando o leque de serviços médicos e auxiliares ao dispor dos estudantes.

**A JS defende o aumento da dotação para a Ação Social Escolar num período de grave crise económica e financeira em Portugal, de forma a impedir que jovens com legítimas ambições a frequentar o ensino superior**

**fiquem de fora por motivos económicos e a minimizar transversalmente os efeitos da crise para os estudantes.**

**A JS defende o aumento do limiar de elegibilidade para receber bolsa de estudo, para que mais alunos possam receber bolsa de estudo e para que esta seja uma real ajuda para a dignificação da vida académica do estudante e não sirva apenas para o pagamento da propina.**

**A JS exige a não consideração de dívidas tributárias e contributivas para efeito de elegibilidade do acesso a bolsa de estudo e a criação de mecanismos que permitam apoiar de forma adequada os agregados familiares com despesas de saúde e de habitação que, por essa via, tenham limitado o seu rendimento disponível.**

**A JS defende prazos de candidatura a bolsas de estudo que permitam o pagamento das mesmas em setembro, o que implica análises mais céleres dos processos de candidatura e uma responsabilização do Estado e da instituição de ensino superior para com este pagamento.**

**A JS propõe a flexibilização da concessão de apoios de emergência por parte dos Serviços de Ação Social aos estudantes que tenham visto alterada a sua condição económica a meio do ano letivo. Estes apoios não podem estar dependentes de burocracias que impeçam o seu pagamento imediato.**

**A JS propõe o reforço da ação social indireta para mitigar os efeitos da crise económica em Portugal e como forma de reduzir os custos de frequência no ensino superior através de, entre outros, cantinas a preços sociais, alojamento em residências e cooperativas de estudantes, apoio para a compra de livros e outro material escolar, e o acesso universal a passes de transporte.**

**A JS defende a criação de apoios específicos para os estudantes que se encontram a fazer estágio curricular fora do concelho onde se situa a instituição de ensino superior.**

Quando nos referimos à igualdade de oportunidades de acesso ao sistema de educação, não podemos esquecer também os estudantes que estão confrontados com limitações maiores que as socioeconómicas: os estudantes com necessidades educativas especiais. Para estes estudantes é preciso um esforço redobrado que exige de todos uma atenção particular. A JS entende que estes estudantes merecem condições dignas para a sua experiência educativa, pedagógica e científica que minimize os seus condicionalismos.

**A JS atuará no sentido de reduzir as condicionantes e dificuldades criadas a estes alunos, denunciando os obstáculos que ainda se colocam à sua integração educativa (barreiras arquitetónicas e obstáculos pedagógicos).**

**A JS propõe a afetação de pelo menos 5% do valor do Fundo de Ação Social para atribuição de ajudas técnicas aos estudantes com necessidades educativas especiais.**

Uma situação que merece especial atenção é a dos estudantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste (PALOPT). É uma honra e um privilégio contar em Portugal com tantos estudantes que partilham a mesma língua e a mesma base cultural. A Juventude Socialista defende hoje, como sempre defendeu, a existência de condições dignas de vida e de frequência do ensino superior para todos os estudantes. Atualmente, muitos estudantes PALOPT não têm acesso a bolsa de estudo, nem por parte do seu governo, nem por parte do Estado português, o que leva a situações de miséria que repudiamos em absoluto. É necessária uma verdadeira co-responsabilização dos países de origem e de acolhimento bem como a flexibilização do visto de estudante que permita complementar a bolsa com um trabalho.

**A JS fará o diagnóstico dos problemas que se colocam aos alunos nesta situação e, em articulação com as Associações Académicas e de Estudantes, apresentará propostas para a sua resolução.**

De modo a criar condições mínimas para a subsistência destes estudantes, **a JS defende que os estudantes PALOPT que frequentem o ensino superior ao abrigo dos acordos de cooperação devem ter condições para trabalhar por conta de outrem, sem que isso afete a validade do seu visto.**

A criação de uma área europeia de ensino superior é uma das traves mestras da construção europeia nos últimos 10 anos. De facto, a comparabilidade dos graus e da formação ministrada em qualquer país europeu é uma premissa essencial para a livre circulação de pessoas e para o mercado único. A própria noção de Europa e de cidadania europeia precisa de ser baseada na mobilidade de pessoas que falam línguas diferentes e que habitam em países de culturas distintas. O apoio político e social a programas de mobilidade, como o Erasmus, parte fundamentalmente da constatação de que são alicerces da construção de uma Europa que se quer cada vez mais solidária e aprofundada, que veja reduzidos os nacionalismos e que aceite a diferença como parte integrante da sua riqueza histórica e social. Ao longo dos últimos 25 anos, mais de 2 milhões de jovens estudaram em outro país europeu. Mas a ambição é muito maior, querendo-se chegar a 20% dos estudantes em 2020. Para isso, é preciso um forte crescimento das verbas para o Programa Erasmus e uma distribuição destas verbas de acordo com o nível de vida do país de destino de cada estudante. A Portugal cabe prosseguir este longo caminho, com firmeza e com determinação, na procura de mais e melhores condições financeiras para os jovens portugueses, tão afetados pela sua periferia geográfica e económica.

**A JS reafirma a importância de continuar a fomentar a mobilidade de estudantes, no sentido de atingir os objetivos acordados a nível europeu: atingir em 2020 o nível de 20% de estudantes com um período de estudos no estrangeiro durante a sua formação.**

**A JS trabalhará junto dos seus interlocutores europeus, nomeadamente ECOSY e eurodeputados do PS, no sentido de encontrar soluções para a falta de financiamento do Programa Erasmus, consequência da crise económica que a Europa atravessa.**

**A JS defende uma decisão europeia ao nível do valor e atribuição das Bolsas Erasmus que reduza as assimetrias nacionais e ofereça as mesmas condições de vida a todos os jovens envolvidos no programa, independentemente do seu país de origem e de destino.**

**A JS atuará no sentido de sensibilizar as instituições de ensino superior para reduzirem os entraves administrativos à mobilidade estudantil e reafirmar a importância dos programas de mobilidade internacional, não só do ponto de vista científico e académico, mas também enquanto facilitadores da cidadania europeia, da emancipação jovem e da promoção da tolerância e da aceitação da diferença.**

O aumento do número de graduados em Portugal tem permitido o desenvolvimento do vetor de investigação e inovação, quer nas instituições de ensino superior, quer em outras entidades públicas e privadas. Nesse sentido, muito contribuiu o aumento do número das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento concedidas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). No entanto, o crescimento do número de investigadores fez também surgir novos problemas, próprios de um sistema em expansão, como são a dificuldade de absorção dos novos doutores pelo mercado de trabalho nacional (provocando uma “fuga de cérebros” dos jovens mais qualificados) e a falta de estabilidade dos vínculos dos investigadores às instituições. O valor da bolsa de subsistência mensal para os bolseiros de doutoramento está inalterada nos 980€ desde a entrada em vigor do Euro em Portugal, o que significou uma perda de mais de 20% do poder de compra em relação ao salário mínimo nacional, nos últimos 10 anos.

Portugal necessita de fomentar ainda mais o seu tecido económico assente na inovação e na mais-valia tecnológica dos seus produtos. Para isso, a prossecução e reforço do investimento em Ciência e Tecnologia são vitais para o desenvolvimento sustentado do nosso país. O investimento feito nos últimos anos é significativo: passámos de 0,5% do PIB investidos em I&D, em 1995, para cerca de 1,6%, em 2011. Precisamos de cativar os nossos melhores investigadores, dando-lhes as condições para que se mantenham no seu país, ao mesmo tempo que teremos de ser atrativos para captar estudantes e investigadores em diversas partes do mundo. Os progressos ao nível das publicações científicas internacionais são muito significativos e exigem continuidade. O próximo passo é o da consolidação do sistema e o da alavancagem da investigação para a sua aplicação.

Ao nível da aplicação da tecnologia de ponta e da investigação aplicada, Portugal tem condições ímpares para a sua concretização. Necessitamos coletivamente de fomentar a capacidade de transformar a investigação em valor acrescentado e de capacitar o nosso tecido económico do capital humano de que precisa para se modernizar e inovar num mercado cada vez mais global. Importa valorizar a relação que dezenas de institutos associados a instituições de ensino superior têm desempenhado no tecido económico, colaborando directamente com empresas na definição de estratégias e produtos. A um país periférico sem riquezas naturais, exige-se que use de forma eficiente o seu principal ativo: os seus cidadãos.

**A JS defende a gradual substituição das bolsas de Investigação, doutoramento e pós-doutoramento, por contratos de trabalho a termo certo, com remuneração indexada às carreiras da função pública e tendo em conta a qualificação do investigador.**

**A JS entende a urgência da renovação dos quadros docentes das instituições de ensino superior, através da contratação dos doutores formados pelo sistema de investigação nacional e internacional, como forma de continuar o seu progresso científico e de inovação.**

**A JS propõe o reforço da carreira de Investigador, como verdadeira via paralela, digna e comparável à carreira docente, lógica face à diferenciação de missões das instituições de ensino superior e ao aumento da Investigação e Desenvolvimento em Portugal.**

**A JS defende a manutenção do sistema de financiamento público dos projetos e centros de investigação por parte da FCT como parte essencial da estratégia de desenvolvimento tecnológico e científico em Portugal.**

**A JS defende o reforço dos estímulos para a contratação de doutorados pelas empresas, nomeadamente pelas pequenas e médias empresas, como forma de qualificar o mercado de trabalho nacional, reduzir a fuga de cérebros e potenciar a aposta feita na qualificação.** Estes estímulos podem ser ao nível da redução do pagamento da Taxa Social Única ou outros benefícios fiscais ou na manutenção de apoios aos doutorados para trabalhos de Investigação e Desenvolvimento feitos em contexto empresarial.

#### **1.4. EMPREENDEDORISMO JOVEM**

As transformações económicas, sociais e culturais das últimas décadas colocam a iniciativa individual jovem, e mesmo o auto-emprego, como uma das áreas fulcrais da ação governativa do presente e do futuro. A definição de estratégias nacionais (quer ao nível central, quer autárquico) para apoio e fomento do empreendedorismo jovem assumem hoje um papel central, particularmente, em contextos económicos difíceis como os que atravessamos. O objetivo a médio e longo prazo é transformar o tecido social, económico e empresarial/associativo nacional, apostando em novos tipos de organizações sem fins lucrativos tão necessárias numa sociedade em mudança como a nossa e em indústrias de elevado valor acrescentado, resultado lógico da aposta na qualificação, investigação e inovação feita nos últimos 15 anos.

Não obstante a sua importância social e económica, tem sido reduzida a capacidade do Estado em se adaptar aos novos desafios criados por uma sociedade mais inovadora e empreendedora, para a qual a burocracia e a morosidade dos sistemas administrativo e fiscal acabam por inviabilizar algumas boas ideias. É, por isso, necessário continuar o esforço de desburocratização do Estado, iniciado pelo PS, em 2005. Como em outros setores, cabe ao Estado promover as boas ideias, facilitar a inovação e proteger os empreendedores em caso de insucesso. A JS preconiza uma cultura empreendedora fomentada pelo sistema educativo, com desenvolvimento no ensino profissional e no ensino superior e sustentada por mecanismos de apoios à criação, implementação e desenvolvimento de ideias com e sem fins lucrativos.

**A JS pretende o reforço dos estímulos fiscais à atividade empreendedora.** A outro nível o Estado, deve usar os canais internacionais para aumentar a visibilidade das ideias inovadoras e criativas dos jovens empreendedores, ajudando

no esforço para a captação de fundos internacionais, de redes de parceiros e para a promoção do que de melhor se faz em Portugal. Consideramos importante refletir sobre a presença de jovens empreendedores nas missões empresariais e a realização de missões especializadas que permitam um contacto próximo entre os empreendedores e importantes capitais de risco nacionais e internacionais.

**A JS defende a inclusão de jovens empreendedores das mais diversas áreas em missões oficiais ao estrangeiro, como forma de promover o acesso aos mercados externos e sua internacionalização e facilitar a captação de investidores para o nosso país.**

**A JS defende a actuação das entidades consulares como facilitadores do acesso a redes, business angels e capitais de risco tecnológico, cultural e social, promovendo sessões presenciais por videoconferência que juntem os jovens empreendedores e potenciais investidores e parceiros.**

O sistema educativo tem de usar a sua capacidade transformadora de médio e longo prazo para desenvolver uma cultura empreendedora e tolerante para com o risco, o êxito e o fracasso. Para isso, é imprescindível, desde o primeiro ciclo do ensino básico, a criação de momentos de trabalho em grupo, pesquisa, entrevistas a pessoas estranhas ao espaço-turma. Ou seja, é necessário o desenvolvimento de projetos multidisciplinares, acompanhados, mas autónomos. Era esta, em grande medida, a ideia subjacente à disciplina de Área de Projeto, que o atual governo extinguiu. Reduzir a Escola ao ensino das matérias estruturantes torna-a mais pobre e menos preparada para vencer desafios.

Ao nível do ensino secundário, nomeadamente profissionalizante, e do ensino superior, é relevante aprofundar o conjunto de competências adquiridas anteriormente que impliquem a procura de respostas fora do contexto de aula, a resolução de problemas e a realização de trabalhos em contexto organizacional. Importa ainda alertar os empreendedores para a responsabilidade de darem o exemplo e partilharem a sua experiência com os jovens.

**A JS defende um sistema educativo integral que desenvolva competências de trabalho autónomo, que implique a construção de projeto e iniciativas no âmbito da turma e da escola, à semelhança do que era preconizado pela Área Projeto, e cujo corolário é o aumento da cultura empreendedora dos jovens.**

**A JS apoiará iniciativas para o reforço do voluntariado associativo dentro da própria escola (clubes, associações de estudantes e jovens), como forma de complementaridade da educação formal.**

Um dos momentos críticos para o sucesso de um empreendedor é a passagem da ideia conceptual para a criação de um produto ou serviço – tecnológico, artístico-cultural, de apoio social – colocado à disposição da sociedade. É neste período que o Estado deve desempenhar um papel importante a vários níveis: na instalação da empresa em incubadoras, as quais permitem o acesso a serviços auxiliares – comunicações, equipamento, recursos humanos, gestão – e a um espaço de trabalho; a disponibilização de apoios financeiros e jurídicos para a patenteação nacional e internacional de dispositivos e técnicas; ou a criação de incentivos para a constituição de

capitais de risco que juntem empreendedores de segunda geração, empresas e capital público. De entre estes aspectos, merece relevo o apoio ao registo de patentes e salvaguarda de direitos de autor, para o qual é preciso um esforço nacional no sentido de ter juristas preparados para a sua conceção e escrita, e a constituição de capitais de risco em volume e abertura que permitam o singrar das boas ideias. Estes apoios devem ser lançados e geridos através do IAPMEI e da AICEP, de acordo com programas específicos lançados para o efeito.

**As JS atuará no sentido de sensibilizar as direções das incubadoras de empresas a incluírem no seu interior organizações de diversos tipos – empresariais, artísticas e sociais – como forma de promover a criação de clusters, a interação e a troca de experiências entre todos os que inovam e empreendem numa dada região.**

**A JS defende a criação de um programa público para apoiar o registo de patentes e salvaguarda de direitos de autor em contexto nacional e internacional, nomeadamente, através de apoio jurídico e financeiro para custear as verbas associadas a essa operação.**

Em relação ao jovem empreendedor é necessário definir o seu estatuto e regime jurídico. Não podemos admitir que jovens que arriscam, sendo diariamente desafiados a empreender e inovar, sejam posteriormente confrontados com a falta de proteção social que vigora neste momento. Uma sociedade que aceita o risco é uma sociedade que entende o fracasso como parte do processo de aprendizagem de um empreendedor. Consideramos importante pensar a criação de um estatuto de jovem-empendedor que o proteja nos primeiros anos de desenvolvimento da empresa, nomeadamente, com acesso ao subsídio de desemprego e demais prestações sociais. O apoio deve ser mantido até que a maturidade da empresa esteja salvaguardada, de acordo com regras estabelecidas inerentes ao tipo de empresa ou organização a ser criada, tal como acontece atualmente em muitos países.

**A JS defende a criação do estatuto do jovem empreendedor, o qual possibilite o acesso a prestações sociais e benefícios fiscais a jovens que, tendo arriscado na criação de uma empresa própria, se vejam confrontados com situações de desemprego, maternidade e paternidade ou quaisquer outros motivos previstos no Código do Trabalho.** A manutenção do estatuto de Jovem Empreendedor deve ser assegurada até ao momento da maturidade empresarial, devendo para isso ser adotados critérios como a faturação, o número de trabalhadores e o estágio de desenvolvimento do produto.

O empreendedorismo deve ser encarado como uma oportunidade para diminuir as assimetrias regionais, promovendo a fixação de jovens nas regiões do interior do país. Nesse sentido, consideramos importante refletir sobre os critérios de concessão de apoios a empresas e outras organizações nas regiões mais desfavorecidas, nomeadamente aquelas que se integrem em setores estratégicos, como a biotecnologia, o turismo, o ambiente e as energias renováveis, a agricultura, as indústrias criativas, design e têxtil, os recursos marinhos e a requalificação urbana.



## 2. PORTUGAL EM PROXIMIDADE

### 2.1. AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MOBILIDADE

Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações são metas fundamentais da Humanidade e constituem uma orientação política basilar da União Europeia. Neste campo, coloca-se o dilema entre a manutenção de um modelo económico que sustente a população mundial e a garantia da preservação do meio ambiente e do planeta Terra.

A resolução desta questão passa pela promoção do desenvolvimento sustentável, expressão celebrizada pela Comissão Brundtland (1963) e, desde então, o roteiro de sucessivas conferências internacionais. Nestes fóruns, a União Europeia tem pautado a sua atuação pela forte consciência ambientalista e preocupação com o futuro do planeta, opções formuladas através da Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável (2001, revista em 2005). Mas, face à tímida resposta e concessões dos EUA, e à relativa negligência das potências emergentes, focalizadas no seu próprio crescimento económico, os avanços globais no rumo da sustentabilidade têm sido díspares. O exemplo mais recente, a Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012, chegou a resultados insuficientes. A sua resolução, aprovada por mais de 190 países, promove um plano de dez anos em prol de padrões de consumo e produção mais sustentáveis, mas deixou de fora os mecanismos financeiros necessários para o seu suporte.

A inequívoca necessidade que sentimos hoje de gerir racionalmente os recursos naturais e de preservar o planeta Terra surge depois de décadas de sobre exploração desses mesmos recursos, a qual colocou em causa a sustentabilidade do desenvolvimento. As políticas mundiais devem direcionar de forma enérgica e consequente a sua atenção para novas formas de promover o crescimento económico, através de modelos de produção, comércio e consumo sustentáveis, particularmente nas áreas das energias renováveis, indústria, construção, transporte, agricultura.

Enquanto estrutura da esquerda democrática, é parte integrante da matriz ideológica da JS a defesa dos valores ambientais e ecológicos, pelo que iremos reforçar a nossa atuação neste domínio. Temos que ser individual e coletivamente militantes mais ativos na defesa dos valores ambientais, promovendo o voluntariado ambiental, o turismo rural ou a reciclagem e uso eficiente dos recursos naturais.

Adicionalmente, devemos acompanhar a atuação do governo, não hesitando em denunciar os retrocessos que se antecipam para o domínio da sustentabilidade ambiental, como por exemplo a desregulamentação do setor florestal, com a provável expansão dos eucaliptais e da especulação imobiliária nas áreas naturais protegidas, e a implementação da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais, que enquadra uma série de concessões mineiras, sem o devido conhecimento público da previsão do seu impacto ecológico, ou dos moldes da sua regulação e monitorização ambiental.

Afigura-se essencial assegurar o controlo público sobre a gestão da água, o que implica a plena regulação do setor e a garantia da qualidade dos recursos hídricos. A racionalização do seu uso deverá passar, em grande medida, pela eliminação

das perdas ao longo da rede de abastecimento e pela promoção de comportamentos responsáveis, com impacto na fixação de tarifas.

**A JS valoriza a importância do crescimento económico, mas recusa que este seja feito à custa do futuro e da qualidade de vida das próximas gerações.**

Em particular, é necessário mitigar os efeitos nocivos da energia fóssil e dos seus usos mais relevantes (transportes e indústria) e fomentar o uso de energias renováveis cada vez mais eficientes. Em conformidade com o legado dos últimos governos socialistas e, em particular, com a Estratégia Nacional para a Energia 2020, importa valorizar a utilização da energia eólica, hidráulica, hidroelétrica, ondas, maremotriz e correntes marítimas, energia azul, biomassa, biocombustível, geotérmica, e solar, no enquadramento de uma estratégia transversal e multi-setorial.

Consideramos ser igualmente importante a continuação da aposta na eficiência energética dos edifícios. Devemos incentivar a investigação em prol de novos materiais e soluções construtivas, mas devemos também encontrar mecanismos reforçados para apoiar as indústrias que se esforcem por adotar planos de optimização do consumo de eletricidade. Adicionalmente, devemos focalizar a eficiência energética como um critério cada vez mais acessível e relevante, que permita a um comprador escolher a sua habitação de acordo com a melhor perspetiva sobre os custos e benefícios associados à eficiência daquela.

**A JS defende a implementação de verdadeiras políticas de melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos.**

**A JS defende a continuidade do esforço nacional no sentido da diminuição da nossa dependência energética, reforçando as fontes de energia renovável.**

**A JS irá defender a revitalização das iniciativas para o apoio à co-geração, micro-geração e mini-geração de energia e a adoção de iniciativas fiscais que penalizem as indústrias poluentes e apoiem as indústrias verdes.**

**A JS propõe a criação de incentivos fiscais às indústrias que coloquem fontes de energias renováveis na exata proporção da redução do consumo de energia fóssil.**

**A JS mantém a sua posição de rejeição da energia nuclear, enquanto opção insegura e extemporânea.** Em seu lugar, a nossa prioridade foca-se nas energias limpas e renováveis. É neste domínio que devemos continuar a apostar, em particular nas sinergias entre as instituições de ensino superior e o setor empresarial e industrial, no sentido de aumentar a eficiência energética e diminuir os custos de contexto.

**A JS defende a continuidade do esforço europeu no sentido de uma economia mais limpa e sustentável.**

No próximo mandato, a Juventude Socialista dará também destaque à necessidade da promoção de políticas que facilitem a deslocação diária dos jovens, trabalhadores, estudantes e famílias, para o emprego ou escola, de forma eficiente e sustentável. Consideramos que o sistema público deve ser

valorizado e apoiado, tendo em vista a redução da emissão de poluentes, do tempo médio de deslocação das populações e do trânsito dentro das cidades, reduzindo desta forma o tempo médio de deslocação. Por isso, cremos que a existência de um sistema de transportes público multimodal deve ser um elemento estruturante das políticas de mobilidade.

Em relação à rede de transportes, elemento estruturante de uma política de mobilidade, a Juventude Socialista defende a existência de transportes públicos eficientes e coordenados, de forma a melhorar as deslocações diárias de milhões de portugueses. Em particular, uma aposta forte na energia elétrica afigura-se com um potencial muito interessante, enquanto meio de transporte limpo e sustentável e, simultaneamente, capaz de apaziguar as diferenças ao nível do acesso a uma rede de transportes públicos integrada. A este respeito, deve ser dada a devida atenção ao transporte escolar e aos apoios a conceder aos estudantes.

**A JS defende o reforço dos transportes públicos, incluindo o transporte escolar, como garante primário da necessidade de transportes dos cidadãos.**

**A JS defende o regresso dos passes 4-18 e sub-23, com descontos de 50%, como forma de estimular o uso dos transportes públicos por parte dos jovens e o reforço do transporte escolar assegurado pelas autarquias locais.**

**A JS propõe a criação de novos apoios e descontos para jovens e estudantes em transportes não urbanos.**

**A JS propõe a limitação seletiva do uso do automóvel individual dentro dos centros das grandes cidades, como forma de reduzir os seus níveis de poluição, e aumentar a qualidade de vida dos seus moradores e trabalhadores.**

**A JS defende a criação de programas de estímulo ao desenvolvimento de negócio em novos meios de transporte, como sejam os de carpooling ou carsharing.**

**A JS advoga a criação de parques de estacionamento gratuito na periferia das cidades em locais articulados com as redes de transportes públicos já existentes.**

**A JS defende um reforço das ciclovias nas áreas urbanas e periurbanas, bem como um programa de aluguer gratuito de bicicletas usando recursos financeiros gerados pelo Imposto sobre Produtos Petrolíferos.**

**A JS propõe a promoção de medidas de incentivo à utilização de carro elétrico, tais como isenção de taxas de estacionamento e redução de taxas de portagem para os veículos equipados com esta tecnologia.**

## **2.2. COESÃO SOCIAL**

A coesão social tem desde sempre sido, não um subproduto, mas um ponto central das políticas socialistas, sociais democratas e trabalhistas. Esta visão, assente na noção de que as desigualdades são não apenas injustas, mas perniciosas em si próprias, tem enformado todas as políticas da esquerda. A avaliação sobre o contributo positivo ou negativo na coesão social tem sido o teste fundamental a qualquer política de esquerda nos últimos séculos.

Com base nesta visão, construiu-se o Estado Social Europeu, seguindo o modelo social-democrata de organização social, política e económica. Assim, desde a II Guerra Mundial, tem-se procurado mitigar as diferenças entre pobres e ricos e entre as sucessivas gerações, o que permitiu o estabelecimento de 50 anos de paz na Europa Ocidental, facto praticamente inédito nos séculos anteriores. No entanto, nas últimas décadas, muitos têm sido os recuos em termos de coesão social. Não podemos esquecer a importância da redistribuição dos rendimentos e da riqueza e da eficácia dos sistemas fiscais nesta ótica. É necessário analisar como estes têm sido desvirtuados, das mais variadas formas, ao longo dos últimos anos, em benefício dos que mais têm, mas sobretudo dos rendimentos do capital, tendo tudo isto contribuído para um acentuar das desigualdades sociais.

Tem sido notória a tendência, nas últimas décadas, para que as diminuições de impostos se façam à custa da progressividade dos sistemas e as suas subidas sejam consumadas através dos impostos mais injustos. Neste contexto, é necessária uma profunda reflexão sobre a efetiva relação entre a tributação do trabalho e a tributação do capital (sem esquecer o património, que pode ser entendido como rendimento acumulado em tempos de impostos mais baixos). É, assim, fundamental discutirmos que modelo fiscal nos permite ter uma sociedade cada vez mais coesa e com menos desigualdades, ao invés de um Estado que apenas arrecada mais receita para equilibrar o défice.

Em Portugal, existe um problema de equidade do sistema fiscal. Apesar de a média dos nossos impostos (quer incluindo, quer excluindo as contribuições para a Segurança Social) em percentagem do PIB ser inferior à média da União Europeia, o peso dos impostos indiretos, em especial do IVA, é mais elevado do que na média da União Europeia. O IVA, sendo regressivo, é o mais injusto dos impostos e este enviesamento do nosso sistema fiscal fere diretamente a sua capacidade redistributiva.

**Assim, a JS defende uma reorientação do nosso sistema fiscal, com maior aposta nos impostos diretos, nomeadamente o IRS, imposto progressivo por excelência, em detrimento do IVA, de forma não apenas a aumentar a justiça do nosso sistema fiscal, como também a aproximá-lo da fiscalidade da restante União Europeia.**

**A JS defende um maior número de escalões no IRS, de forma a assegurar uma maior progressividade, não só através da divisão dos existentes, como da criação de escalões suplementares, com taxas progressivamente maiores, para os mais altos rendimentos.**

**A JS advoga a criação de uma taxa sobre as transações financeiras, pondo um freio no capital especulativo e forçando uma moralização no sistema financeiro.**

**A JS defende uma aproximação, com vista à equiparação, dos impostos pagos pelo rendimento do trabalho e pelos rendimentos de capital.**

**A JS estudará a reintrodução do Imposto sobre Sucessões e Doações, extinto em 2003 pelo Governo de Durão Barroso.**

O Estado Social proporcionou-nos a sociedade mais justa e inclusiva que alguma vez existiu, mas são muitos os novos desafios que se colocam a um modelo que tem meio século de

existência e se vê assim confrontado com dificuldades para as quais não estava preparado. O envelhecimento da população, com baixas taxas de natalidade associadas ao aumento da esperança média de vida, o crescente peso dos setores de alto valor acrescentado ou capital intensivos (com um contributo reduzido em termos de emprego) e a concorrência internacional com países onde os direitos sociais são parcos ou inexistentes são alguns dos desafios que estão por superar com a reforma do Estado Social.

Neste cenário, é nossa responsabilidade conseguir responder a estas situações sem destruir os direitos sociais, como pretende a direita, mas com o aprofundamento de um Estado Social inteligente e eficiente. Pretendemos também manter a centralidade do debate em torno do próprio modelo de Segurança Social e do seu financiamento, não numa lógica neoliberal de capitalização, mas de forma a aprofundar a sua componente redistributiva.

**A JS defende a utilização de parte dos impostos sobre os rendimentos do capital como forma de reforçar a sustentabilidade financeira da Segurança Social, sem redução de prestações, nem aumentos de contribuições.**

**A JS propõe também um compromisso claro da parte do Estado com a criação de uma efetiva rede pública de lares de idosos, como parte integrante da sua função social de prestação de cuidados às famílias.**

A promoção da natalidade, como forma de assegurar a sustentabilidade demográfica da nossa sociedade, tem de ser uma prioridade desde já, não só porque ela é já vista como fundamental mas também porque as reformas nesta matéria só surtirão efeito após muitos anos, não podendo assim ser ignorado o contributo fundamental que a imigração também pode desempenhar a esse nível no curto prazo.

**A JS propõe a definição de políticas integradas de natalidade, nomeadamente:**

**(i) a universalização da rede pública de ensino pré-escolar;**

**(ii) o reforço substancial do abono de família para crianças e jovens, de forma a que seja uma efetiva ajuda nos custos que uma família incorre com os seus filhos e não um mero valor simbólico;**

**(iii) a possibilidade do abono de família para crianças e jovens ser pago numa única prestação;**

**(iv) a extensão do período de licença parental até ao 1.º ano de vida da criança;**

**(v) a introdução de benefícios fiscais para empresas que permitam o tele trabalho a trabalhadores com filhos até aos 3 anos de idade.**

Tem sido uma tendência nos diversos governos europeus a opção por uma retórica que pretende colocar em confronto diferentes gerações, fomentando um discurso divisionário de privilegiados contra desfavorecidos. Esta opção pelo confronto geracional procura fomentar um sentimento de injustiça entre os mais jovens. Urge refletir sobre este fenómeno e recusar a perda de direitos cívicos, sociais e laborais das novas gerações, sob o falso argumento da competitividade e da inevitabilidade. A Europa não pode competir com baixos salários nem pode

consentir uma degradação do seu modelo social. Ademais, a Europa não pode reduzir a democracia a um mero exercício formal.

A procura da conflitualidade geracional tem fomentado desconforto nas relações entre as várias gerações e tem contribuído para instigar alguma tensão social. Tornase, por isso, necessário reforçar o clima de fraternidade e entreajuda entre os mais novos e os mais velhos, de modo a valorizar os laços intergeracionais que são imprescindíveis para salvaguardar a coesão social.

**Assim, a JS defende a manutenção dos direitos sociais e laborais do modelo social europeu e repudia veementemente a perda desses direitos e a constante precarização dos novos contratados.**

No seguimento daquilo que são as melhores práticas e inovações em vários países do mundo, consideramos que é ainda necessário introduzir em Portugal os novos modelos de ação social, intervenção comunitária e empreendedorismo social, vocacionados para a superação das diversas formas de desigualdade socioeconómica, designados genericamente por Terceiro Setor.

**Assim, defendemos um continuado apoio ao empreendedorismo social, em especial de base cooperativa, mutualista ou ligada ao poder local que, pela sua proximidade, mais facilmente responde às situações específicas de carência que muitas vezes são identificadas.**

Encontram-se atualmente suspensos muitos projetos cofinanciados pelo programa PARES, por falta de pagamento de uma das parcelas de investimento, o que coloca em causa não só a finalização de um equipamento social necessário, como também a própria sustentabilidade financeira das empresas que executam as obras.

**A JS defende que o Governo deve encontrar um mecanismo adicional de financiamento que assegure a conclusão destes projetos em curso que ainda não se encontram finalizados.**

A Juventude Socialista defende responsabilmente um controlo apertado à fraude nos apoios sociais, reconhecendo, todavia, que não se podem colocar em causa importantes mecanismos de inclusão social pelo simples facto de ser impossível erradicar todos os casos fraudulentos. Não podemos considerar ser mais prioritário fiscalizar, perseguir ou punir quem recebe indevidamente uma modesta prestação social do que quem tem fugido às suas obrigações fiscais ou sociais ao longo de sucessivos anos.

**A JS defende um combate sério e firme à fraude e à evasão fiscal, que são, no nosso país, de dimensão tal que a sua erradicação resolveria, em grande medida, os atuais constrangimentos orçamentais.**

## **2.3. COESÃO TERRITORIAL**

O desenvolvimento harmonioso do país não é compatível com uma visão que opõe o interior ao litoral ou o espaço rural ao espaço urbano. Nesta discussão, importa abandonar o discurso da Interioridade contra a Litoralidade e conceber que

o desenvolvimento económico do país se faz com a coesão entre estas dimensões. Analisar seriamente a problemática das assimetrias regionais é perceber que todo o território tem potencial e que se devem aprofundar os momentos em que se pensa uma estratégia de desenvolvimento conjunta, que vá ao encontro do princípio da coesão.

É sabido que o modelo de desenvolvimento económico do país não tem conseguido harmonizar os índices de poder de compra com a solidez que seria exigível e expectável. Enquanto os núcleos urbanos de pequena dimensão proporcionam maior qualidade ambiental, proximidade humana, custo reduzido dos terrenos e segurança, aumentam os custos com aglomerações demográficas excessivas nas grandes áreas metropolitanas e torna-se ainda mais desigual o investimento público entre os diversos territórios do país. A dicotomia entre o litoral com grandes centros em expansão e o interior em desertificação impõe alterações urgentes nas políticas territoriais, que mitiguem de forma efectiva estas tendências. Impõe-se uma agenda política clara e objectiva para as regiões menos desenvolvidas.

Contrariamente ao que muitos pensam, a recuperação económica de Portugal e a consolidação das finanças públicas depende muito mais de mudanças estruturais na forma como o território é administrado do que de medidas imediatas ou de curto prazo com carácter exclusivamente paliativo. Urge repensar o modelo político e administrativo que temos, para que o desenvolvimento económico se faça de forma mais harmoniosa e descentralizada, ao longo de todo o território nacional, através do qual as populações do interior não continuem votadas ao esquecimento, e as oportunidades não se concentrem apenas à beira-mar.

Neste contexto, a concretização da regionalização administrativa deve ser ponderada como uma solução viável e abertamente discutida. Sabemos que, ainda que esta não venha resolver todos os problemas do país, pode contribuir para que o país cresça de forma mais racional, mais equilibrada e com maior consideração pela vontade das populações locais. Esta descentralização administrativa permitirá o desenvolvimento de políticas que conduzam à redução das assimetrias regionais, nomeadamente através da discriminação socioeconómica positiva das regiões mais excluídas, despovoadas e empobrecidas do país, ao mesmo tempo que nos dotamos de uma democracia de maior proximidade.

**A JS defende a regionalização administrativa, como forma de descentralizar o investimento, diminuir a burocracia e fomentar a democracia de proximidade.**

Para além do aprofundamento da descentralização administrativa, devemos denunciar vivamente a forma como parte da população portuguesa tem sido esquecida e penalizada ao nível dos investimentos públicos e da distribuição de recursos, com o encerramento de centros de saúde, hospitais, tribunais, vias de transporte ferroviário e com o pagamento de antigas auto-estradas sem custos para o utilizador (ex-SCUT).

O fim das discriminações positivas nas ex-SCUT insere-se nesta lógica de desconsideração dos problemas das zonas mais desfavorecidas do país, o que se revela da maior injustiça para com as populações servidas por essas vias de comunicação. Para além da falta de solidariedade que representa, o pagamento de determinadas vias de acesso vem tornar irrelevante o investimento que foi feito nas regiões mais desfavorecidas, pois vai condicionar gravemente o potencial de crescimento económico que estas ainda detinham.

**A JS defende soluções que discriminem positivamente a utilização destas vias rodoviárias por parte dos cidadãos que vivem nas regiões mais desfavorecidas e proporá regimes de desconto seletivo ou isenções absolutas, nomeadamente para determinadas atividades económicas.**

As dificuldades financeiras que vivemos colocam sérias dificuldades ao desenvolvimento económico, que começam, desde logo, com as dificuldades no acesso ao financiamento. E se estas dificuldades são graves em todo o país, muito mais o serão em regiões de menor crescimento económico, com alguma dependência do investimento público e com tecidos económicos mais frágeis. Por isso, as políticas públicas devem contribuir no sentido de uma igualdade de acesso a infra-estruturas e conhecimentos, para o equilíbrio entre zonas urbanas e rurais e para a gestão eficaz do património natural e cultural, permitindo que as diferentes regiões do território potenciem os seus recursos. Esse trabalho será conseguido, em boa parte, se for possível captar nova população e investimentos para as zonas mais despovoadas.

Nesse sentido, **a JS defende a generalização dos incentivos à fixação de jovens e famílias nos concelhos do interior, tais como: oferta de bolsas de estudo para formação profissional e superior, garantia de educação pré-escolar (creches e jardim-escola), atribuição de subsídios à natalidade ou criação de bolsas de terrenos com infra-estruturas a preços controlados.**

**A JS defende também a criação de planos de apoio ao investimento, com isenção de derrama, para indústrias e empresas que se fixem em concelhos do interior, na medida da criação de postos de trabalho.**

Deve continuar a ser uma preocupação o apoio ao crescimento económico de todas as regiões do país, estimulando as potencialidades locais, fazendo apostas estratégicas de desenvolvimento e criando condições para a implementação de um tecido empresarial e industrial fora das grandes áreas metropolitanas. Defenderemos, por isso, a valorização das capacidades instaladas, a promoção de produtos locais, os valores e patrimónios regionais e uma melhor competitividade associada à identidade regional. Nessa ótica, a agricultura deve voltar a ser vista como um meio essencial de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, aproveitando o potencial de determinados nichos de mercado, como a agricultura biológica, e desenvolvendo serviços que lhe podem ser associados, como o turismo rural e ambiental, através da implementação de estratégias de marketing territorial.

**A JS defende a valorização do meio rural e das suas potencialidades e apoiará a resolução dos problemas que se colocam aos jovens agricultores, atores principais na dinamização do espaço rural.**

## **2.4. IGUALDADE DE DIREITOS**

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13.º, estabelece que «Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação

sexual.» Também a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia estabelece os valores que nos guiam: «É proibida a discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual».

É com base nestes valores progressistas e humanistas que a JS esteve sempre na primeira linha da defesa dos direitos dos cidadãos, da conquista da sua cidadania plena e da igualdade aos olhos da sociedade. Desde sempre, a JS defendeu aqueles que precisavam de um apoio político com propostas que permitiram quebrar as barreiras do conservadorismo, da indiferença e da intolerância, promovendo avanços civilizacionais que muito nos orgulham.

Ao longo dos anos, temos defendido uma sociedade livre de discriminações fundadas no género, orientação sexual, identidade de género, origem racial, religião, convicções, ou quaisquer outras e temos pugnado por um mundo sem estigmas e defendendo o direito à liberdade individual. Com convicção, temos defendido políticas de promoção dos direitos de todos os cidadãos às suas opções de vida pessoais, que não interferem nas liberdades alheias, em nome da pluralidade social e respeito pela consciência individual. Exemplos como a distribuição de preservativos, a despenalização da IVG, o casamento sem discriminação em função da orientação sexual ou a educação sexual nas escolas são marcos da qualidade das propostas políticas da JS na transformação de Portugal para uma sociedade mais livre, aberta, moderna e efectivamente justa.

Por isso, a Juventude Socialista tem a obrigação de estar à altura da sua história e continuar o papel vital de transformar, através do debate público e político, as mentalidades da nossa sociedade e da nossa estrutura sociopolítica. É dessa postura que surge a exigência da adoção por casais do mesmo sexo, que pretende acabar com uma discriminação da lei da adoção e do casamento civil.

A JS tem a obrigação permanente de defender a igualdade. Esta luta começou há muito, com temas hoje tomados por garantidos, e continuará até que todos sejam efetivamente iguais. Somos os herdeiros dos que lutaram pelo fim da pena de morte. Somos os herdeiros dos que lutaram pelo direito universal de voto. Somos os herdeiros dos que aboliram a escravatura, lutaram contra a segregação racial e hoje lutam pelo fim real da discriminação. Somos os herdeiros dos movimentos de emancipação das mulheres que defenderam ontem, como nós defendemos hoje, a efetivação da igualdade de género. Somos os herdeiros daqueles que lutaram contra a criminalização da homossexualidade, depois pela sua aceitação, pelo direito ao casamento e, hoje, ao reivindicarmos o direito à diferença, lutamos também pela não discriminação na adoção por parte de casais homossexuais.

**Nesse âmbito, a JS defende a possibilidade de co-adoção por parte de casais homossexuais, como passo intermédio, mas em si importante, no caminho para a igualdade na adoção, que advoga com igual veemência.**

Nos últimos anos tem-se tornado cada vez mais claro o aumento do número de casais do mesmo sexo que constituem família e cujos filhos, biológicos ou adotados, crescem num contexto familiar desprovido de proteção jurídica adequada. A proposta da co-adoção pretende acautelar o futuro, o bem-estar e a segurança das crianças que já vivem em famílias homoparentais mas em que apenas um dos membros do casal,

por vínculo biológico ou por adoção, detém o poder paternal. O mecanismo de co-adoção permite que uma criança nesta situação possa ver o vínculo familiar alargado ao seu outro pai ou à sua outra mãe, de forma a evitar os problemas que poderão existir caso falte um dos seus pais.

**No contexto da aceitação das diferenças sexuais, a JS defende o lançamento de um novo debate sobre as questões inerentes à transexualidade e à intersexualidade.**

É fundamental contribuir para o fim da discriminação social e laboral daquela que é uma das minorias mais marginalizadas da nossa sociedade. Continua também, ainda hoje, a ser indispensável agilizar os procedimentos, legais e médicos, de mudança de sexo de forma a deixar de colocar entraves desnecessários à realização pessoal de todos os cidadãos.

**A JS defende a eliminação das barreiras discriminatórias na legislação que regula o acesso à Procriação Medicamente Assistida.**

No sentido de promover um acesso livre às vantagens do conhecimento científico, urge também continuar a promover um debate aberto, no quadro das técnicas de Procriação Medicamente Assistida, em relação às questões da maternidade de substituição.

No âmbito dos temas estruturantes, que fazem parte do património da JS, consideramos que deve ser discutida a legalização da prostituição e a legalização das drogas leves. A legalização da prostituição permite a regulamentação desta atividade, trazendo-a desde logo para dentro do quadro da legalidade e da economia formal, e permitindo a proteção laboral, nomeadamente na ausência de exploração, de quem pratica esta atividade ao mesmo tempo que oferece garantias de saúde quer a quem pratica esta atividade, quer a quem à mesma recorre. Com a legalização da prostituição, oferece-se uma preciosa ajuda no combate ao lenocínio e ao flagelo que é o tráfico de seres humanos e a exploração sexual.

**A JS defende a legalização da prostituição, de modo a garantir a segurança, saúde e direitos sociais das pessoas que praticam a atividade.**

No caso da legalização das drogas leves, deve ser claramente apontada como vantagem a separação do mercado das drogas leves do mercado de drogas denominadas “drogas duras”, não obstante a comunidade científica não convergir nesta diferenciação. A possibilidade de consumo regulamentado e em locais apropriados pode ajudar a combater a porta de entrada para substâncias mais perigosas, tal como ajudar a prevenir ou sinalizar comportamentos de risco no consumo que, esses sim, representam muitas vezes riscos significativos para a saúde física e mental dos consumidores. Não é também despreciando o carácter terapêutico de algumas drogas, como a cannabis sativa que, em função disso, merecem ter tratamento adequado e não a pura penalização. Acresce a tudo isto que esta atividade, pesadamente taxada como o tabaco ou o álcool, passaria a estar dentro da economia formal o que permitiria não só gerar receitas fiscais para financiar o tratamento e prevenção da toxicod dependência, como também ser um mecanismo eficaz de combate à economia paralela e ao crime organizado que tem no tráfico uma importante fonte de receitas.

**A JS defende a legalização do consumo das drogas leves a partir dos 18 anos, que deve ser enquadrada numa estratégia integrada de combate às denominadas “drogas duras”.**

No âmbito da igualdade de direitos, consideramos que devem ser ponderadas soluções para evitar a discriminação dos imigrantes e minorias étnicas no nosso país, nomeadamente através de um acesso mais facilitado à cidadania, do alargamento do direito de voto e do reforço de serviços de apoio aos emigrantes nas zonas geográficas com comunidades estrangeiras mais relevantes, entendendo que a integração é não só o mais poderoso instrumento de resolução destes problemas, como principalmente uma via de benefício mútuo, quer para as comunidades imigrantes, quer para o país que as acolhe.

**A JS defende a não discriminação das comunidades de imigrantes e a adoção de mecanismos que visem a sua integração mais rápida e efetiva.**

A JS deve continuar o seu combate por uma efetiva igualdade de género, continuando o caminho que vem trilhando e onde tem sido pioneira. A manutenção desta problemática no conjunto de preocupações permanentes da nossa estrutura é inquestionável, sem desconsiderar que as conquistas por uma efetiva não discriminação, pela igualdade no mercado de trabalho e por um verdadeiro acesso das mulheres a todas as posições na sociedade são, pela natureza da mudança de mentalidades que implicam, das mais difíceis de alcançar. Consideramos que os mecanismos específicos de fomento à igualdade de género, como as quotas, têm um carácter essencial na transformação de mentalidades na sociedade e devem ser necessariamente transitórios, cessando quando essa igualdade for atingida.

**A JS defende o reforço dos instrumentos que visem favorecer a igualdade de género que, em especial, garantam a igualdade de salários entre homens e mulheres com funções idênticas.**

**A JS, na sua forte matriz republicana, defende também uma reflexão sobre a laicidade do Estado e a sua relação com as organizações religiosas.**

É importante, neste contexto, equacionar os regimes especiais de tratamento, nomeadamente em sede fiscal, que as organizações religiosas possuem atualmente, bem como assegurar que, seja qual for o regime em vigor, todas as confissões religiosas devem ser tratadas de igual forma. Nesta ótica deve ser feita uma reflexão, por um lado sobre os efeitos da Concordata na igualdade e liberdade religiosa e, por outro, sobre a presença de símbolos religiosos nos edifícios públicos.

Ainda de acordo com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, não podemos esquecer os cidadãos portadores de deficiência e a necessidade de serem reforçados os mecanismos de apoio e integração dos mesmos na vida ativa da sociedade, bem como da necessidade de uma aposta séria na remoção das barreiras arquitetónicas que ainda subsistem. Portugal tem cerca de 640 mil cidadãos portadores de, no mínimo, uma deficiência, aos quais ainda se somam idosos, mães e pais com carrinhos de bebé e pessoas temporariamente incapacitadas. Só a existência de edifícios públicos sem barreiras, com rampas e elevadores adaptados e lugares de estacionamento específicos garantem

a acessibilidade plena dos cidadãos com mobilidade reduzida.

Destá forma, **a JS irá criar mecanismos de denúncia de todas as situações em que subsistam barreiras arquitetónicas a pessoas com mobilidade reduzida, especialmente no caso dos edifícios públicos.**

## **2.5. SAÚDE PARA TOD@S**

Os serviços de saúde públicos são um dos maiores avanços sociais da História, permitindo um efetivo acesso à saúde: não só um direito fundamental em si, como um direito sem o qual não é possível o usufruto de qualquer um dos outros. A importância do acesso universal à saúde, independentemente dos recursos de que cada um dispõe, é uma condição prévia para uma efetiva igualdade de oportunidades.

A crise económica em que vivemos tem servido de pretexto para um ataque sem precedentes ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), agudizando as suas condições financeiras e reduzindo a qualidade dos serviços prestados. Este ataque ideológico, feito sob o pretexto das medidas de austeridade, é um retrocesso na defesa de um dos valores mais notáveis da democracia portuguesa: o acesso universal aos cuidados de saúde. O relatório da primavera de 2012 emitido pelo Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS) denuncia a rápida fragilização do Sistema Nacional de Saúde português, um retrocesso social e mesmo civilizacional, na sequência de medidas anti-universalistas do atual Ministério da Saúde como, por exemplo, a extensão dos pagamentos a todo o tipo de serviços (incluindo aplicações abusivas da figura de taxas moderadoras) e situações de racionamento implícito de medicamentos. Hoje, é claro que a escolha é entre poupar dinheiro ou salvar vidas.

Neste contexto, não podemos aceitar que, a pretexto de constrangimentos orçamentais, e sem uma profunda discussão sobre que tipo de SNS queremos, se modifiquem radicalmente os pressupostos de base do seu financiamento ou do seu funcionamento. Temos a obrigação de, no mínimo, colocar as pessoas a discutir a diferença, em termos de justiça social, entre o pagamento através de taxas ou através de impostos.

**A JS reafirma o seu total apoio a um serviço público de saúde de qualidade, universal e sustentável e repudia veementemente o ataque ideológico levado a cabo contra o SNS. Não aceitamos que as taxas moderadoras se possam transformar em qualquer espécie de co-pagamento no SNS, tendo como consequência um decréscimo na procura e no acesso aos cuidados de saúde.**

A JS defende um SNS moderno e compatível com as exigências dos dias de hoje. Devemos ter a consciência clara de que uma das maiores falhas do nosso SNS é a sua diferença, em termos de oferta, mas também de qualidade, entre uma zona litoral densamente povoada e uma zona do interior do país com pouca população. Para contrariar essa situação, o Estado deve fazer um uso eficiente dos seus recursos, um mapeamento das necessidades do país e definir estratégias de cobertura global de Portugal, não discriminando quem vive no litoral ou no interior, nas cidades ou nas aldeias.

Destá forma entendemos que as reorganizações do SNS devem basear-se em justificações científicas cuidadosamente ponderadas, de forma a que as análises não sejam cegas, mapeando distâncias sem ter em conta as especificidades do território. Não devemos esquecer também que a presença

de serviços básicos (nomeadamente de saúde) servem não só para suprir as atuais necessidades, como também para sinalizar uma aposta da parte da República no desenvolvimento dessas zonas do país e nas suas necessidades futuras.

Nesta matéria, é fundamental ter em conta que o SNS deve funcionar em rede e que a rede de cuidados de saúde primários funciona também como forma de proximidade do SNS às populações. Assim, é determinante a continuidade da aposta nos cuidados primários de saúde e numa rede de cuidados continuados, fundamental para cobrir as necessidades de vida digna de um país com mais idosos e com um aumento notável da esperança média de vida.

**A JS defende a sustentabilidade do SNS com uma política eficiente de alocação de equipamentos e meios humanos e técnicos que garantam a cobertura da totalidade do território nacional.**

Em relação aos recursos humanos, constatamos que não existem mecanismos de controlo eficientes. Apesar de ser comum a acumulação entre a atividade no SNS e no setor privado, consideramos que o duplo emprego deixou de fazer sentido e que se deve fazer uma evolução integrada e progressiva relativamente a esta matéria. Acresce ainda a circunstância da má distribuição de especialistas pelo país, verificando-se carência de profissionais de algumas especialidades em determinadas regiões, ainda que essas mesmas especialidades sejam plenamente acessíveis noutras zonas do país. É também desejável que se proceda a uma maior integração dos sistemas de informação em saúde.

**A JS propõe a gradual limitação da acumulação de serviço entre o sistema de saúde público e privado, como forma de garantir a qualidade do serviço prestado.**

**A JS propõe a criação de concursos nacionais de colocação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde (à semelhança do que é feito com os professores) de forma a permitir uma melhor distribuição dos recursos humanos pelo território nacional.**

Em conformidade com as preocupações do OPSS sobre os efeitos da crise económica na população e com os princípios constitucionais em prol de um serviço público de saúde tendencialmente gratuito, devemos também bater-nos por uma estratégia capaz de antecipar, monitorizar e minorar os efeitos perniciosos da crise na saúde dos portugueses (maus hábitos alimentares, stress laboral, depressões, dependências e outras patologias) e colmatar as consequências adversas das medidas de racionalização e contenção de gastos para o SNS.

Inerente às questões da saúde, está a adoção de estilos de vida saudáveis, onde a prática desportiva deve marcar presença e uma alimentação saudável e equilibrada deve ser uma realidade do quotidiano. Ter comportamentos saudáveis traz qualidade de vida e bem-estar a curto e longo prazo e diminui os custos do SNS a longo prazo. Por isso, a promoção da atividade física deve ser vista como parte integrante das políticas de saúde pública e devem ser criados mecanismos para fomentar a adesão ao desporto dos cidadãos de todas as faixas etárias. Nesta matéria, seria conveniente procurar estabelecer parcerias entre as unidades de saúde, escolas e autarquias na promoção de uma vida saudável, quer no que refere à alimentação nas escolas, quer no que concerne à promoção da atividade desportiva.

**A JS defende que os aumentos dos impostos específicos sobre certos bens como o álcool ou o tabaco devem ser canalizados para o financiamento do SNS e para programas de promoção de estilos de vida saudáveis.**

Temos também de prestar particular atenção às matérias de saúde sexual e reprodutiva, bem como ao planeamento familiar. A despenalização da IVG foi um avanço determinante na sociedade portuguesa, mas é fundamental continuar a acompanhar a sua evolução. Em matéria de contraceção, é com preocupação que continuam a ser apontadas dificuldades no acesso aos contraceptivos, havendo casos em que não estão disponíveis nas unidades de saúde.

**A JS defende o reforço das consultas relacionadas com a saúde sexual, a criação de instrumentos para incentivar o recurso aos meios de planeamento familiar e uma maior ligação com o sistema educativo, nomeadamente através da presença de conteúdos de Educação Sexual nos currículos escolares.**

Apesar dos progressos alcançados pelo SNS, existe uma área da saúde na qual os cuidados públicos continuam a ser inaceitavelmente baixos. No que respeita à saúde oral e higiene dentária, continua a vigorar em Portugal um sistema maioritariamente privado, desvinculado do SNS. Não podemos continuar a ignorar a realidade de que largas camadas da população têm um acesso muito limitado à saúde oral e que a medicina dentária funciona no nosso país como se de um luxo se tratasse, em moldes que nos envergonhariam em qualquer outra especialidade médica. Numa altura de profunda crise social em que começam a faltar recursos em muitas famílias, é altura de prepararmos uma abordagem séria em matéria de saúde oral que garanta a universalidade que caracteriza o SNS.

**A JS defende uma aposta crescente por parte do Estado em matéria de saúde e higiene oral, com vista a que esta especialidade seja parte integrante dos cuidados básicos de saúde.**

## 2.6. CULTURA PARA TOD@S

A cultura é uma vetor transversal às políticas públicas que estrutura a identidade de uma nação, constando o direito à fruição cultural da própria Constituição da República Portuguesa. Portugal é dos países mais ricos pelo seu passado histórico, pelo seu património material e imaterial e pela extensa criação artística. A estes fatores acresce a língua portuguesa, falada por mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo. O setor cultural e criativo engloba as artes (espetáculos ao vivo, artes visuais ou património), a criatividade (moda, design, arquitetura, publicidade ou turismo cultural), as indústrias culturais (cinema, música ou livro) e os media (imprensa escrita, rádio, televisão). Temos coletivamente uma dupla responsabilidade na preservação da cultura, observada aos olhos da contemporaneidade, e na facilitação de uma produção cultural e artística moderna e adaptada ao século XXI.

Paradoxalmente, a cultura tem merecido da parte de sucessivos governos uma subvalorização que atinge o seu expoente máximo com o atual governo. A crise económica serve de pretexto para um ataque sem precedentes à cultura

enquanto entidade agregadora e definidora da identidade nacional, espelhada pela despromoção deste domínio à esfera da responsabilidade de uma Secretaria de Estado. Ao Estado compete facilitar, promover e apoiar a criação artística, a preservação patrimonial e a memória histórica coletiva que é a base do nosso futuro numa base descentralizada e próxima dos criadores e dos cidadãos.

**A JS compromete-se com políticas de promoção da cultura nacional, nomeadamente de incentivo aos criadores, em particular os jovens, da investigação científica na área e de apoios à sustentabilidade das indústrias criativas, associativismo cultural, museus e bibliotecas, discriminando positivamente as instituições que se devotam às populações mais carenciadas ou isoladas.**

**A JS contesta a diminuição do financiamento público às fundações culturais que decorre do recente censo às fundações e que pode colocar em causa a manutenção de espólios culturais, museus e iniciativas periódicas de indiscutível valor artístico.**

O acesso dos jovens à oferta artística é uma necessidade de um Estado democrático, ao qual compete reduzir as assimetrias no acesso aos equipamentos culturais. A Juventude Socialista defende a existência de uma rede de equipamentos culturais que permita um acesso transversal da população, e em particular dos jovens, a equipamentos culturais e à oferta cultural. Este acesso está intrinsecamente ligado com a educação artística e musical que deve ser reforçada, seja no ensino básico e Secundário, seja no ensino superior, reduzindo redundâncias do sistema e promovendo caminhos de formação alternativos.

**A JS propõe a definição de uma rede de equipamentos culturais, que exigirá a completa inventariação das infra-estruturas existentes e que permitirá uma gestão mais integrada dos recursos públicos, tendo em vista a prestação de um serviço adequado às populações.** Esta medida não só contribui para a dinamização dos espaços e das cidades, como também maximiza os recursos existentes.

**A JS defende a introdução da Educação para as Artes como uma componente transversal no ensino básico e secundário, que possibilite a todos os jovens portugueses a iniciação ao gosto pelas artes performativas e criativas, com planos nacionais nos vários setores artísticos (cinema, música, dança e teatro) que incluam, entre outros, idas a espetáculos e redenções críticas e oficinas culturais.**

Portugal tem um património edificado extenso e com diferentes estados de conservação. O esforço feito nos últimos anos é notável, tendo sido requalificados muitos monumentos nacionais e outros edifícios de valor patrimonial. Compete continuar e fortalecer este caminho, forçando o primado público mas simultaneamente promovendo o mecenato privado. Devemos refletir sobre a criação de mecanismos que visem criar maior facilidade de acesso aos Museus Nacionais e a outros equipamentos culturais do Estado ou que usufruam de algum tipo de apoio do Estado, como por exemplo os equipamentos de fundações privadas, no sentido de promover o acesso à cultura e uma verdadeira educação para as artes.

**A JS defende a adoção do “Vale Cultural”, a ser atribuído pelas entidades patronais aos trabalhadores para acesso a espetáculos de música, dança e teatro e à compra de livros, entre outros produtos culturais.** Este serviço seria considerado mecenato cultural para efeitos fiscais. Esta iniciativa pretende contribuir para a formação de públicos para a cultura e, ao mesmo tempo, fortalecer o mercado de bens e serviços culturais e criativos.

**A JS sensibilizará os agentes culturais na área da museologia no sentido de flexibilizarem os horários dos museus e para, em conjunto com associações juvenis e estudantis, municípios e associações comerciais e industriais, dinamizarem iniciativas periódicas de potenciação da sua visibilidade pública, tal como sucede com a Noite Europeia do Investigador.**

Um dos ganhos tangíveis do esforço na educação artística está no aumento significativo da criação artística nacional, a qual é geradora de emprego e de riqueza, ao mesmo tempo que cria sinergias com outros setores de atividade – indústria, comércio, transportes, turismo. É através da criação que inovamos, fazemos diferente e progredimos enquanto sociedade. Inovamos quando criamos um novo design ou lançamos um roteiro cultural. Fazemos diferente quando transformamos o edificado existente para uma nova utilização ou quando usamos novas plataformas para passar uma mensagem. Quando combinados, estes eixos sustentam o progresso, criam valor cultural, artístico e económico. Devem ser, por isso, ponderadas formas de apostar nas indústrias criativas.

**A JS defende a promoção de estágios para jovens criadores, o apoio às primeiras obras, o estabelecimento de gabinetes para empreendedorismo cultural em colaboração com as Direções Regionais de Cultura e a promoção ativa da criação nacional junto das representações consulares portuguesas.**

**A JS defende a inclusão de jovens criadores portugueses em todas as visitas oficiais do Presidente da República e do Governo, bem como das missões de promoção da economia portuguesa no estrangeiro, como forma de afirmar e promover o que de melhor é feito em Portugal ao nível das artes e espetáculos.**

**A JS atuará no sentido de sensibilizar os diversos agentes políticos, culturais e educativos a partilharem espaços e valências para a produção e edição artística e produção, bem como para a cedência de espaços em incubadoras municipais e regionais para empresas, organizações e grupos de jovens que pretendam desenvolver projetos no âmbito artístico e cultural.**

Uma das vertentes mais perceptíveis do aumento da criação artística é ao nível das indústrias criativas. A aposta feita nos últimos anos no aumento de vagas para o Ensino Artístico ao nível do ensino superior é um caminho virtuoso a médio e longo prazo. Esta aposta contrasta com a inércia e o esquecimento atual, visíveis nos atrasos na aprovação da Lei do Cinema e na abertura dos concursos de apoio às artes. Importa apoiar e reter esta capacidade criativa, nomeadamente através do apoio à criação de centros partilháveis de edição e tratamento de som e imagem para curtas e longas-metragens e com o apoio à divulgação e distribuição destes trabalhos. Ao nível da



escrita, é preciso dinamizar o mercado da edição e fomentar a produção de obras em formato digital, como passo inicial e a custos controlados. Ao Estado não compete fazer tudo, mas sim facilitar e permitir que a fruição criativa seja simples, eficaz e acessível a vários públicos e promovendo a dignidade do trabalho artístico e criativo.

**A JS defende a conceção de um programa de fomento ao empreendedorismo artístico e criativo – a designar “INOVcriação” – que apoie a conceção, divulgação e distribuição de primeiras obras de autores portugueses nas mais diversas áreas criativas e artísticas (escrita, música, dança, artes plásticas, cinema, teatro, entre outros).**

**A JS defende o retorno da aposta nos estágios internacionais e nacionais para profissionais na área da cultura e do espectáculo, o programa INOVArtes, como forma privilegiada de inserção profissional de jovens qualificados no setor artístico.**

Em relação aos media, consideramos que é urgente a definição de serviço público. Esta definição tem que ser participada e discutida e não feita à luz de pré decisões nem condicionalismos ideológicos. O papel do Estado na esfera da rádio e televisão tem de ser concebido à luz desta definição e sem pressas conjunturais. A proposta de concessão da RTP a um operador privado, de forma precipitada, sem preparação, nem estratégia (que não seja a da aritmética da consolidação orçamental) mostra que, para o atual governo, língua, imagética popular e património colectivo são valores desbaratáveis. Pelo contrário, a JS acredita que um serviço público de rádio e televisão estrutura o Estado de Direito no seu papel de promotor da língua e da produção cultural e artística nacional, ao mesmo tempo que continua a preservar o acervo histórico.

**A JS pretende uma discussão nacional alargada que concretize o que é o serviço público de rádio e televisão, de forma a sustentar a discussão sobre o futuro deste serviço enquanto peça-chave da promoção da cultura, das artes e da língua portuguesa, quer em Portugal, quer no mundo.**

**A JS reafirma a sua posição de oposição à venda ou concessão da Rádio Televisão Portuguesa a privados.**

## 3. EUROPA E MUNDO EM PROXIMIDADE

### 3.1. ATUAÇÃO POLÍTICA NA EUROPA E ELEIÇÕES EUROPEIAS

A crise das dívidas soberanas, o agravamento do desemprego, a pobreza e a desigualdade social no seio da União Europeia colocam em causa a prossecução do seu modelo de organização política e económica. Atravessámos uma época em que o aprofundamento europeu dava mostras de ser um caminho sem retrocesso, para, num ápice, as contingências financeiras e económicas fazerem ressurgir o euro-ceticismo, o isolacionismo, o nacionalismo e, com eles, a fratura do projeto europeu. Reafirmamos a nossa total convicção de que é na Europa e dentro de uma Europa fraterna, solidária e democrática que prosseguimos o desenvolvimento de Portugal. Acreditamos ainda que os problemas comuns que assolam o espaço europeu ultrapassam os problemas nacionais que conjunturalmente afetam alguns estados membros. Ultrapassar esta fase só será viável e sustentável com o regresso ao caminho do diálogo e da compreensão, que foram apanágio de décadas de consolidação de uma Europa sem fronteiras e livre.

Os problemas que assolam a Europa carecem de soluções rápidas e eficazes para responder às necessidades urgentes com que vários países se confrontam. Contudo, importa salientar que pensar a Europa é muito mais do que pensar em soluções a curto prazo para os problemas que se enquadram como conjunturais. Desta forma, torna-se imperativo que este exercício de reflexão não se sustente apenas em respostas imediatas, mas passe também por uma análise cuidada daquilo que pretendemos de um projeto europeu, a médio e longo prazo.

Hoje, mais do que nunca, assistimos a verdadeiros olhares céticos em relação ao projeto europeu. Olhares esses que, direta e indiretamente, estimulam desejos nacionalistas daqueles que não encontram na Europa o caminho que pretendiam. O projeto europeu necessita, portanto, de conseguir enquadrar no seu seio os caracteres socioeconómicos diversificados que fazem da Europa um caso único no mundo, pela sua componente de diversidade histórica e cultural. É justamente no respeito pelas diferenças dos povos europeus que reside a solução para grande parte do problema que hoje vivemos. Voltar à gênese dos ideais que motivaram a construção deste projeto e encarar o caminho que estamos a percorrer como um percurso em prol de uma Europa mais supranacional e menos intergovernamental são duas variáveis muito importantes que nos devem levar a ponderar formas mais avançadas de integração política no espaço europeu.

Assistimos hoje a uma realidade política europeia dominada pela direita e por partidos políticos cujas soluções estão fundadas na mesma matriz ideológica que nos trouxe até aqui – uma doutrina política obsoleta e incapaz de apresentar medidas que tenham em conta os verdadeiros ideais europeus: liberdade, solidariedade, igualdade e justiça social.

Para além da dimensão estritamente política, a Europa confronta-se com problemas inerentes ao seu modelo de desenvolvimento económico. É um espaço geográfico pequeno à escala mundial, com uma demografia envelhecida e com escassos recursos naturais. A sua supremacia tecnológica foi há muito perdida. A deslocalização de vários setores de

produção faz com que o flagelo do desemprego seja eminente, mesmo nos países europeus atualmente com níveis baixos de desemprego.

Importa, pois, olhar para a Europa como um verdadeiro mercado único, em que pessoas, bens e serviços circulam livremente e em condições de igualdade. Somos a favor do reforço da cooperação ao nível dos programas comunitários de fomento de intercâmbios e estágios. Refutamos o abaixamento da qualidade de vida na Europa como forma de competição com o Sudoeste Asiático ou a América Latina. Pelo contrário, pugnamos pela melhoria das condições de vida e de trabalho nestes espaços do planeta.

**A JS apoia a Resolução Geral, aprovada no Conselho do Partido Socialista Europeu, que propõe um programa de investimentos visando o crescimento sustentável, a criação de empregos, particularmente os empregos “verdes”, a promoção da coesão social e a solidariedade económica entre as Nações Europeias.** Um programa que seria financiado, tanto por fundos públicos, como privados, mais especificamente, um novo imposto sobre as transações financeiras e impostos “verdes”, canalizados para a qualificação e revitalização do tecido industrial das economias mais vulneráveis da União Europeia: enfim, uma estratégia política para a resolução da crise das dívidas soberanas, que é diametralmente oposta às atuais políticas da austeridade.

**Simultaneamente, a JS acompanha a proposta do Partido Socialista Europeu para o aprofundamento da regulação política do setor financeiro, o reforço dos poderes do Banco Central Europeu e uma arquitetura institucional mais coerente, efetiva e democrática.** Nesse âmbito, promoveremos uma sólida discussão sobre o modelo de governação da União Europeia, que aborde, entre outras possibilidades, a eleição direta do presidente da Comissão Europeia e a eventual organização bicameral do Parlamento Europeu, com competências exclusivas e relativas partilhadas por duas câmaras: uma assente numa representação igualitária dos estados e outra assente numa representação proporcional das populações dos diversos países.

No atual contexto europeu, a JS defende:

**(i) a clara separação da banca de investimento e da banca comercial, através de efectivos mecanismos de financiamento e regulação;**

**(ii) a criação da “Garantia Europeia de Juventude”, com um financiamento de 10 biliões de euros para o investimento em formação e criação de postos de trabalho para jovens europeus;**

**(iii) a revisão do artigo 123.º do Tratado de Lisboa, que impossibilita o Banco Central Europeu de financiar as economias dos estados.**

Sem esquecer o caminho que teremos necessariamente de percorrer a médio e longo prazo, acreditamos no lançamento das bases para um caminho, gradual e responsável, rumo ao federalismo político da União Europeia. A necessária união política que devia ter precedido a união económica dos povos Europeus.

**A JS introduzirá a discussão da temática do federalismo dentro e fora das estruturas, com o objetivo de esclarecer e desmitificar um conceito que enquadra**

**na sua base a união dos povos, sem que as identidades históricas e culturais sejam esquecidas durante o processo.**

Por considerarmos que a manutenção do projeto europeu exige um maior aprofundamento da união política e orçamental entre os estados, a JS defende também:

**(i) a elaboração de um verdadeiro orçamento comunitário, que seja compatível com a soberania dos estados mas que caminhe na cedência de algumas parcelas de soberania de nível orçamental;**

**(ii) para além do “Pacto de Crescimento” e dos pactos fiscais, a criação de um “Pacto Social” que determine valores mínimos de proteção social, tais como investimento em educação, saúde e salário mínimo;**

**(iii) a harmonização dos regimes fiscais no espaço europeu, com o objetivo de impedir a deslocação de empresas nacionais em função de regimes fiscais mais favoráveis e as amnistias fiscais promovidas por vários governos conservadores europeus, incluindo o português;**

**(iv) a criação de instrumentos financeiros que possibilitem a emissão de dívida pública de forma conjunta (eurobonds) ou a aposta num “Fundo de Redenção Europeia”, que alivie a dívida dos estados-membros;**

**(v) a introdução de fortes mecanismos de regulação e supervisão dos mercados financeiros, em particular com a criação da “Agência Europeia de Rating do Crédito”;**

**(vi) a portabilidade de créditos sociais, com vista a permitir maior liberdade de circulação de trabalhadores no espaço europeu.**

**No âmbito do reforço da união política europeia, a JS defende também a constituição de partidos políticos europeus avançando para além da sua posição atual, em que se constituem apenas como meras federações de partidos.**

**A JS pretende aprofundar o trabalho feito ao nível da ECOSY, estrutura representativa dos jovens socialistas europeus, com o objetivo de continuar a exercer uma parceria ativa, assente numa estratégia política europeia articulada, para a salvaguarda do modelo social europeu e da concretização dos princípios do socialismo democrático no contexto internacional.**

Procuraremos enquadrar a atuação política da Juventude Socialista no âmbito do Partido Socialista Europeu e na construção de uma Europa de Regiões, em que os espaços regionais possam desenvolver estratégias comuns de desenvolvimento. Para esse efeito, serão concretizados encontros de trabalho inter-regionais, organizados em torno de temáticas europeias, com particular interesse para os jovens socialistas portugueses como, por exemplo, coesão territorial, agenda para o desenvolvimento económico e criação de emprego, educação e investigação, intervenção comunitária, participação cívica e ativismo social.

É imperativo continuar a construir uma identidade europeia, aliada a uma participação cívica e política, que não se esgote nos atos eleitorais, mais concretamente, nas

Eleições Europeias. Nessa perspetiva, a discussão sobre as temáticas europeias não se circunscreverá ao momento eleitoral. Mas devemos contribuir ativamente nessa discussão e, antes das Eleições Europeias, criaremos **um grande fórum de discussão que culminará na apresentação das nossas propostas políticas, que deverão ser integradas na candidatura do Partido Socialista.**

Ainda em relação à identidade europeia, consideramos que, o alargamento da União Europeia não deve ser condicionado por circunstâncias culturais, mas apenas por motivos relacionados com a salvaguarda dos direitos humanos e a existência de regimes democráticos. Apesar das diferenças culturais com países como a Turquia, a União Europeia deve permitir a entrada daqueles que partilham o ideal do projeto europeu.

**A JS encontra na multiculturalidade um fenómeno positivo e exemplificador das relações dos povos e apoia-a determinantemente, pelo que se opõe à não admissão de novos estados com base em preconceitos culturais.**

### **3.2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

A Juventude Socialista regista um legado histórico na defesa dos direitos políticos das minorias oprimidas e das legítimas aspirações dos povos à autodeterminação, como nos exemplos determinantes de Timor Lorosa'e e do povo Saharai.

**A JS continuará a defender a causa do povo Saharai e a divulgar a sua posição junto dos nossos militantes e na sociedade civil portuguesa.**

Mas a área política da intervenção internacional da JS deve alargar-se, para acompanhar os desafios prementes que eclodem no plano global. A este respeito, são de destacar as revoluções, conflitos sociais e bélicos despoletados nos últimos anos nos Países Árabes do Médio Oriente e Norte de África, conhecidos como a “Primavera Árabe”, e as repressões subsequentes que ainda decorrem nessa região, como na Síria. Nos últimos tempos, temos assistido a um extraordinário levantamento popular, por parte de ativistas, estudantes, professores, sindicalistas, artistas, contra várias ditaduras autocráticas árabes, suportadas por aparelhos policiais e militares opressivos. Reconhecendo que, durante décadas, muitos destes regimes foram apoiados ou relativizados pelo mundo ocidental, consideramos que, no dealbar do século XXI, não existem razões que justifiquem mais condescendência política.

Devemos estar ao lado dos povos e minorias oprimidos, das associações de defesa dos direitos humanos, das organizações não-governamentais que aspiram à emancipação democrática, ao progresso social, e à libertação plena dos mecanismos de controlo dos regimes totalitários ou democracias “musculadas”, estejam eles no mundo árabe, ou no nosso próprio continente (casos da Bielorrússia, Hungria e Rússia).

**A JS vai continuar o seu esforço, conjuntamente com as suas estruturas políticas congéneres europeias e internacionais, no sentido de cooperar ativamente em prol da promoção da democracia e da liberdade de expressão no contexto internacional.**

Adicionalmente, acrescentando à sua atividade no seio das estruturas jovens socialistas internacionais, como nas Juventudes Socialistas Europeias (ECOSY), na União Internacional da Juventude Socialista (IUSY) e nas Juventudes Socialistas Ibero-Americanas (JSIA), a JS deve reforçar os seus laços com os jovens de ideologia socialista dos países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, espaço vital do reforço da língua portuguesa e de uma identidade cultural e histórica comum.

A JS considera que o diálogo recíproco e a cooperação política e económica entre os países lusófonos são oportunidades não plenamente desenvolvidas no domínio da diplomacia externa portuguesa e que devem ser reforçados no futuro próximo. Sem cinismos, devemos reconhecer que existem lacunas nas instituições e sistemas políticos de alguns dos países lusófonos, e que as mesmas devem ser reprovadas veementemente. Mas devemos também antecipar que o aprofundamento das relações multilaterais no seio da CPLP, particularmente nas suas dimensões culturais, pedagógicas, económicas e civis, poderá catalisar uma evolução positiva global, benéfica para todas as partes envolvidas. O ideal, mesmo que situado num horizonte de longo prazo, será atribuir à CPLP um papel decisivo, como um agente maduro, multicultural e democrata, no plano geopolítico mundial.

De modo a prosseguir este objetivo, devemos encetar esforços no sentido da promoção de encontros com representantes das estruturas jovens dos países lusófonos, movimentos sociais, associações de defesa dos direitos humanos, organizações não-governamentais, sindicatos e juventudes partidárias, em particular aquelas com quem partilhamos o ideário político, para trocar experiências e sensibilidades e facilitar a compreensão mútua sobre as diferentes realidades políticas e socioeconómicas.

**A JS vai encetar esforços para a realização de um Fórum CPLP de Jovens Socialistas, tendo em vista a promoção de políticas comuns para a juventude, como, por exemplo, a criação de programas de intercâmbio e estágios profissionais.**

Estes encontros poderão potenciar o desenvolvimento de novas ferramentas, plataformas e estruturas políticas, que reforcem a articulação entre as várias juventudes lusófonas e, em particular, as juventudes partidárias identificadas com a esquerda democrática. Devemos também refletir sobre a integração nas estruturas da JS de jovens lusófonos estrangeiros, que estudem ou trabalhem no nosso país, por exemplo, através da criação do estatuto do militante internacional lusófono.

Finalmente, a JS deve também ter uma palavra a dizer na cooperação para o desenvolvimento, que tem como principal objetivo a erradicação da pobreza, e que tem sido um dos vetores fundamentais da política externa portuguesa. Nesta área, é fulcral a manutenção do financiamento à ajuda para o desenvolvimento, o desenvolvimento de um plano estratégico de apoio às Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e o fomento de mecanismos alternativos de financiamento dos projetos com maior impacto socioeconómico e ambiental. Neste capítulo, devemos estar atentos ao desinvestimento e diminuição do esforço político do atual governo português na cooperação e educação para o desenvolvimento internacional.

## 4. JUVENTUDE SOCIALISTA EM PROXIMIDADE

### 4.1. RELAÇÃO COM ESTRUTURAS LOCAIS

Uma organização política de jovens da dimensão da Juventude Socialista deve encarar a organização interna como um dos eixos prioritários da sua vida política. É através da tentativa constante do aperfeiçoamento da nossa estrutura que conseguimos oferecer aos jovens portugueses uma plataforma para que possam fazer política nos seus concelhos, nos seus distritos e a nível nacional.

Essa plataforma de presença política não pode existir sem contar com as suas organizações de base local, que garantem a presença no terreno em proximidade às populações e que fazem a política porta a porta nos diversos concelhos e distritos. Pelo papel estruturante que estas organizações detêm, devem ser escutadas as suas críticas ao funcionamento da estrutura nacional e registadas as suas soluções para encontrar uma relação mais eficaz e ágil nos diversos momentos em que a Sede Nacional interage com os núcleos, concelhias e federações.

**A JS irá implementar instrumentos para garantir a transparência dos processos de filiação de militantes e eficiência no trabalho prestado pela Sede Nacional.**

Nos últimos anos, o ativismo político e os movimentos sociais têm sido influenciados pelas novas tecnologias de informação e comunicação de forma contínua e crescente. A JS acredita que o contacto com estes fenómenos deve ser fortalecido, como forma de aproximação a estas novas realidades no seio da sociedade civil. Com efeito, as potencialidades que a Internet traduz, ao manter o mundo ligado e em contacto permanente, são extremamente relevantes para aprofundar os graus de participação política e de cidadania. Hoje, estão disponíveis novos espaços de intervenção e informação, que deixam de ser ocupados apenas pelos interlocutores institucionais e que circulam de forma muito mais rápida através das redes sociais.

Nesse contexto, a utilização de novas plataformas de interação social, inseridas nesta era de propagação da informação a uma escala praticamente instantânea, deve merecer a atenção da organização na divulgação das suas atividades e posições políticas. O domínio e a utilização das redes sociais em prol dos objetivos políticos a que nos propomos deve ser algo inerente à atividade que desenvolvemos enquanto organização partidária, como estratégia paralela de comunicação e instrumento de recolha de opiniões. É determinante que a JS renove a sua presença na Internet e nas redes sociais, aderindo com uma imagem fresca a espaços de participação universal em que o utilizador é mais do que um consumidor passivo de conteúdos, mas antes um criador ativo de iniciativas e opiniões.

A JS vai reforçar o vínculo com a geração que representa, através de uma plataforma de comunicação interativa, e participativa, que potencie a participação dos militantes, simpatizantes, e da comunidade em geral, em prol da comunicação, da discussão de ideias construtivas, e do diálogo democrático. A modernização da estrutura e dos meios de ação política são fundamentais para um acompanhamento próximo por parte da JS em relação às atividades internas e às dinâmicas da sociedade civil, pelo que iremos desenvolver

uma estratégia que envolva as seguintes dimensões:

(i) **modernização do website oficial da Juventude Socialista, com a introdução de funcionalidades destinadas a permitir o conhecimento diário das atividades da estrutura e a atualização mais eficaz de dados de militantes;**

(ii) **acompanhamento eficiente das redes sociais, com vista a reforçar o conceito de militância digital;**

(iii) **aposta clara na produção de conteúdos multimédia que assentem numa componente de interatividade constante;**

(iv) **a criação de uma revista de imprensa sobre todas as atividades e intervenções políticas com vista a proporcionar aos militantes um conhecimento do trabalho realizado pelas estruturas locais da JS;**

(v) **mecanismos de auscultação das propostas e sugestões de militantes e simpatizantes através das redes sociais e portal de internet;**

(vi) **constituição de um grupo de trabalho que aproveite o know-how de militantes ligados à comunicação social e tecnologias de informação e o coloque ao serviço da estrutura, numa rede de trabalho colaborativa.**

Numa altura em que a população portuguesa demonstra desconfiança em relação aos órgãos de soberania nacional e em relação aos próprios partidos políticos, a JS deve afirmar-se como uma organização que trabalha diariamente com o objetivo de apresentar propostas alternativas que contribuam para a melhoria significativa da vida dos jovens e da população em geral.

Desta forma, entendemos que o papel da JS na sociedade civil é da maior importância em todos os momentos da vida política, mas em especial num momento de dificuldades como este que vivemos. Como tal, no sentido de caminharmos em direção às necessidades dos jovens, consideramos relevante o reforço das atividades políticas que estimulem o diálogo com os militantes da JS e com a população em geral.

**A JS vai efetuar roteiros temáticos que abordem os principais temas da sua ação política.**

**A JS vai fomentar a cooperação entre estruturas locais de forma a motivar a parceria estratégica entre regiões.**

No sentido de garantir maior proximidade aos militantes da Juventude Socialista, mas também a outros interlocutores sociais, serão levados a cabo roteiros temáticos dedicados aos eixos fundamentais da ação política da JS. Neste sentido, serão articuladas as motivações das estruturas locais, dos interlocutores sociais, e a estratégia da Juventude Socialista, em torno de ideias e ações políticas emblemáticas com vista a potenciar o impacto local de cada um dos roteiros.

A aposta no crescimento da estrutura em termos qualitativos e quantitativos revela-se como condição fundamental para que a Juventude Socialista possa dar respostas concretas aos novos desafios que teremos pela frente nos próximos anos.

**A JS irá encontrar soluções para rejuvenescer a estrutura, com o fomento da adesão de novos militantes, indispensáveis para que o ideal político se mantenha vivo e com proximidade aos jovens.**

#### **4.2. RELAÇÃO COM ESTRUTURAS AUTÓNOMAS**

A nossa presença na sociedade também não se pode construir sem contar com o relevante papel das estruturas autónomas. A ANJAS, a ONESES, a ONESEBS e a Tendência Sindical são, sem dúvida, uma mais-valia para a construção do pensamento, debate e orientação política da família da Juventude Socialista. Nos seus respetivos domínios – poder local, ensino superior, ensinos básico e secundário, e trabalho – as estruturas autónomas são plataformas indispensáveis para a convergência entre a comunidade, os militantes, os dirigentes locais e nacionais em torno de políticas solidárias e inclusivas. Igualmente, podem desempenhar um papel indispensável para a mobilização dos militantes em torno de causas e contextos que lhes são particularmente relevantes. Desta forma, a Juventude Socialista deve fomentar a atividade das estruturas autónomas e potenciar a articulação entre elas e a estrutura da JS, os seus militantes e simpatizantes.

**A JS propõe-se consolidar as práticas de trabalho coletivas, através de projetos comuns e encontros periódicos descentralizados ou plataformas de comunicação virtual, fomentando, desta forma, a articulação entre a JS e as estruturas autónomas.**

**A JS irá realizar o Fórum das Estruturas Autónomas, que se constituirá como um momento de discussão e divulgação, recolha de contributos e materialização de projetos.**

**A ANJAS deverá assumir-se como o principal interlocutor da JS na tomada de posições relativas à dimensão do poder local e será concedido apoio jurídico e político aos seus associados.**

De modo a ser possível conhecer as diversas áreas de interesse dos militantes socialistas e fomentar a sua atividade e participação na respetiva organização autónoma, será realizado um inquérito a todos os militantes para aferir as diferentes áreas em que pretendem desenvolver a sua intervenção e partilhada com a ANJAS a informação sobre os eleitos locais nas listas do Partido Socialista.

#### **4.3. ESTUDOS E FORMAÇÃO POLÍTICA**

Torna-se cada vez mais importante o incremento da qualidade dos agentes políticos locais, regionais e nacionais. A JS representa jovens de idades muito diferentes, com interesses e preocupações distintas. Desta forma, urge dar respostas adequadas a cada faixa etária e a cada nível de preparação política. Entendemos que é necessário um plano de formação, conjugando interesses das estruturas locais e federativas, que permita ir ao encontro dos anseios dos militantes e dos jovens portugueses, estimulando a sua participação e preparando-os para uma democracia que queremos cada vez mais participativa.

A crescente complexificação da atividade política e a constante mutação global e nacional dos contextos e matérias,

obrigam a Juventude Socialista a abordar a temática da formação política de forma séria e procurando constituir um legado de transmissão de novos conhecimentos e ao mesmo tempo de valorização da sua história, causas e legado ideológico. A formação de quadros políticos bem preparados depende do alargamento do leque de escolha dessa formação, ao mesmo tempo que deve assentar em novos modelos de formação política.

**A JS vai criar um gabinete de estudos e formação política com o duplo objetivo de preparar documentos de apoio para a definição de políticas e de auxiliar a criação de uma plataforma de formação para militantes e simpatizantes.**

Esta estrutura terá o objetivo de dotar os órgãos nacionais e os responsáveis políticos de ferramentas e conhecimentos académicos e científicos que consubstanciem as propostas políticas da JS e apoiar no processo formativo dos militantes. A proposta reveste-se ainda de maior interesse se considerarmos a hipótese de abertura a simpatizantes e independentes, como abertura à sociedade civil e a outras esferas de participação e intervenção política com os quais a JS quer dialogar e aprender, tradicionalmente afastados da vida dos partidos e juventudes partidárias.

**A JS pretende valorizar a criação de documentos fornecidos a todos os militantes que, através da problematização política do presente e o conhecimento do passado, solidifiquem a sua identidade ideológica no novo quadro político que os jovens atravessam.**

A mudança nos modelos e lógicas de participação, novos movimentos sociais e realidades crescentes como a influência das redes sociais nos hábitos de participação pública obrigam a Juventude Socialista, dentro do quadro da sua identidade, a reinventar para dentro e para fora da estrutura a forma como comunica e, por sua vez, reinventar a formação dos seus quadros.

É necessário continuar a preparar política e civicamente os militantes e simpatizantes, na medida em que uma democracia mais qualificada exige mais e melhores agentes políticos. Desta forma, urge dar respostas adequadas a cada faixa etária e a cada nível de preparação política. Entendemos que é necessário um plano de formação, conjugando interesses das estruturas locais e federativas, que permita ir ao encontro dos anseios dos militantes e dos jovens portugueses, estimulando a sua participação e preparando-os para uma democracia que queremos cada vez mais participativa.

É também urgente valorizar um caminho à esquerda, através do reforço da formação ideológica, o reforço da formação sobre os valores do socialismo democrático, do conhecimento da sua família socialista, social-democrata e trabalhista e, não menos importante, do diálogo à esquerda, nacional e internacional. Cabe à JS continuar a aprofundar, valorizar e afirmar a sua visão política através da preparação dos seus membros para atuar nas diversas esferas da sociedade. A oferta da formação deve contemplar todos os eixos de atuação dos militantes: cargos de representação autárquica e outros; dirigentes associativos; líderes de estruturas; formação dentro do quadro das estruturas autónomas e militantes de base.

**Desta forma, a JS vai instituir um novo modelo de formação inspirado em práticas internacionais e de outras esferas da sociedade que assente nos princípios da modularidade, periodicidade e progressividade.**

Paralelamente, a JS vai desenhar um plano de formação que sirva transversalmente os interesses dos seus militantes e simpatizantes.

O plano de formação visa, por um lado, dar resposta às necessidades de formação de uma estrutura de âmbito nacional como a JS, que quer aprofundar a identificação da estrutura com a sua base ideológica, e, por outro, visa credibilizar a estrutura e assegurar a interação com outras organizações. Também a parceria com instituições externas em programas de formação terá uma nova relevância e papel na JS, indo ao encontro de experiências bem sucedidas e alargando o leque de oferta e escolha de entidades que tenham parcerias enriquecedoras para os militantes da JS.

A formação ideológica e autárquica são tradições bem enraizadas da prática das estruturas da JS. A recente reforma da ANJAS, com novos programas de formação autárquica e a preocupação de pensar a República e o Socialismo, revela isso mesmo. A formação política deverá ter um carácter nacional numa primeira instância, sem prejuízo de poder ser ministrada de forma descentralizada com o contributo das estruturas federativas.

#### 4.4. PODER LOCAL E REGIONAL E ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O contexto em que se exerce hoje o poder local e regional é substancialmente diferente daquele que marcou a agenda política no dealbar da democracia em Portugal. Hoje, um mandato de um autarca não se esgota com a criação das infra estruturas físicas necessárias para as populações e passou a incluir também uma dimensão imaterial que visa promover a qualidade de vida em níveis como a educação, o ambiente e a inovação. O autarca assume-se hoje como mediador e empreendedor na promoção do desenvolvimento local, na criação de parcerias entre cidadãos organizados e o setor empresarial, procurando privilegiar a valorização dos espaços existentes, apostando na inovação e na co-responsabilização de parcerias estratégicas.

Esta nova dimensão do trabalho dos autarcas só é possível no contexto de uma democracia de proximidade acompanhada por uma verdadeira descentralização de competências. Sendo as Eleições Autárquicas o momento em que se elegem os representantes de proximidade, não é de estranhar que seja nos órgãos locais que a juventude tem mais voz, como se comprova pelas centenas de militantes e simpatizantes da JS que estão, neste momento, em exercício de funções autárquicas.

A participação da Juventude Socialista, neste âmbito, tem estado assente no trabalho dos seus dirigentes locais e na capacidade que estes têm de propor medidas concretas ou, simplesmente, fomentar o debate em torno da inovação ao nível dos procedimentos de gestão, administração e planeamento de políticas de âmbito local. No entanto, apesar da reconhecida importância que os autarcas jovens já hoje assumem, queremos que essa participação seja reforçada depois do próximo confronto eleitoral. Sentimos que é essencial dar voz à juventude portuguesa, introduzindo novas ideias e novas formas de estar na política, tão importantes para desafiar o tempo presente.

Nesse sentido, a JS vai participar ativamente na campanha eleitoral autárquica, defendendo a juventude portuguesa e contribuindo para a renovação dos atores políticos.

A JS deve garantir que a estratégia nacional autárquica do Partido Socialista contempla a participação ativa da JS, em todos os níveis de ação e decisão, e que competirá à nossa estrutura a definição das propostas no âmbito das políticas de juventude.

As Eleições Autárquicas de 2013 têm, face ao contexto nacional e internacional que vivemos, uma importância acrescida. Por um lado, é o ano em que muitos presidentes de câmara ficam impedidos legalmente de se candidatar, o que implica necessariamente a eleição de um novo autarca; por outro, poderá ser o primeiro ato eleitoral após a concretização da reforma administrativa do poder local, que a JS repudia com veemência. Uma reforma desta natureza não pode ser imposta ignorando-se a vontade das populações, tendo subjacentes princípios orientadores que em nada vão ao encontro das necessidades dos cidadãos.

O próximo ato eleitoral é uma oportunidade única para que a Juventude Socialista possa contribuir com propostas de políticas conscientes e adequadas, capazes de manter e incrementar o seu papel de parceiro fundamental na definição das políticas de juventude. Por isso, exige-se da JS uma mobilização à altura dos seus pergaminhos históricos: uma mobilização que se sinta em cada sede de concelho e em cada freguesia em prol da juventude e em prol de Portugal mas, acima de tudo, uma mobilização consciente e preparada.

Nesse sentido, iremos realizar um novo plano de formação autárquica, de modo a estarmos em condições de preparar uma nova geração de autarcas que já estará em condições de integrar as listas do Partido Socialista, em 2013. O plano de formação será descentralizado e realizado com a colaboração da Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas (ANJAS).

Consideramos que a disseminação de boas práticas e experiências replicáveis podem funcionar enquanto fator catalisador para a obtenção de melhores resultados na aplicação de políticas públicas de âmbito local. Nesse sentido, será elaborado e disponibilizado às estruturas concelhias um guia de boas práticas autárquicas, de forma a divulgar e fomentar a partilha de informação em rede e, assim, beneficiar da experiência adquirida por outras estruturas. Para a elaboração deste guia serão também tidas em consideração as boas práticas implementadas pelo Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, cujo Executivo é reconhecido pela adoção de medidas inovadoras no âmbito regional e local.

Na continuidade do trabalho realizado em anteriores mandatos, será realizada a **Convenção Nacional Autárquica**, no 1.º semestre de 2013, que culminará com o lançamento simultâneo em todo os distritos do país das propostas da Juventude Socialista para as políticas autárquicas de juventude.

Já no contexto do exercício do poder autárquico, teremos a ANJAS como principal interlocutor, nomeadamente nas discussões relativas à implementação da regionalização administrativa em Portugal, reforma do mapa administrativo autárquico e lei eleitoral, funcionamento das comissões intermunicipais e modelos de financiamento às economias locais. Nesse âmbito, será desenvolvida uma **estratégia integrada de atuação que conduza à apresentação de propostas comuns em várias assembleias e executivos municipais**.

O aspeto que merecerá a nossa maior atenção é a implementação do Conselho Municipal de Juventude. Apesar

de alcançada a obrigatoriedade legal da sua existência, em muitas cidades os bloqueios aos funcionamentos desta plataforma de inclusão e representação das organizações jovens no governo do município impossibilitam o seu funcionamento e dinamismo.

**A JS defende a efetiva implementação dos Conselhos Municipais da Juventude, com o objectivo de valorizar a cooperação entre movimentos sociais jovens no âmbito local.**

Assim, iremos realizar um extenso inquérito para perceber quais são os Conselhos que se encontram em funcionamento, aferir a sua representatividade e as deliberações já concretizadas. Com base nesse trabalho, poderemos também disponibilizar toda a documentação de apoio à constituição de novos Conselhos.

No que se refere às regiões autónomas, parte integrante do nosso sentimento de coesão nacional, defenderemos o aprofundamento das autonomias regionais e a manutenção de políticas de redução dos problemas decorrentes da insularidade. Continuaremos também a denunciar os constrangimentos que são colocados ao livre exercício da atividade política e à liberdade de opinião na Região Autónoma da Madeira. As regiões autónomas merecerão por parte da JS toda a atenção, para que se estabeleça um diálogo profícuo e permanente. Todas as discussões em torno de problemáticas como a coesão social e territorial devem encontrar respostas concretas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos dos Açores e da Madeira. Particularmente no que concerne à Região Autónoma dos Açores, devem ser analisadas as boas políticas públicas implementadas nos últimos anos, porquanto refletem a nossa matriz ideológica e de intervenção política.



## 5. QUALIFICAR A DEMOCRACIA

A democracia, tal como a entendemos, é uma conquista recente em Portugal que precisa de aprofundamento e aperfeiçoamento. A nossa geração, que cresceu dentro da União Europeia, já não tem noção própria dos tempos antes do 25 de Abril, nem do período revolucionário que se lhe seguiu. Como muitas democracias em consolidação, nota-se um distanciamento entre eleitores e eleitos e entre os jovens e a decisão política. Urge em conjunto pugnar pela alteração desta realidade, rumo a uma democracia mais participativa, mais esclarecida e, também, mais exigente e transparente. É, por isso, fundamental dotar os jovens de mecanismos de participação nos destinos do país, que criem plataformas de representatividade das políticas de juventude, por um lado, e que abram o caminho para uma cultura de participação cívica e política, por outro.

A participação também se constrói através da existência dos Orçamentos Participativos, que devem ser disseminados, em particular os projetos de escolas, que já foram exemplo em vários municípios do país. Os Conselhos Municipais de Juventude, já anteriormente referidos, a par dos Orçamentos Participativos, representam um esforço da JS enquanto proposta política para o aprofundamento da participação democrática e envolvimento dos jovens e cidadãos. Novas formas de participação e novos modelos devem ser debatidos e discutidos pela JS.

A JS defende o combate à corrupção em todos os órgãos da Administração Pública, bem como o reforço da transparência da conduta dos agentes públicos. Este processo de transparência passa obrigatoriamente pela revisão do estatuto dos titulares de cargos políticos e dirigentes da Administração Pública, assim como o aprofundamento dos processos de accountability por parte dos representantes políticos.

**A JS defende o combate à corrupção em todos os órgãos da Administração Pública, bem como o reforço da transparência da conduta dos agentes públicos.**

Enquanto representantes de novas gerações de quadros políticos e com uma profunda responsabilidade na formação da cultura política desses quadros, deve ser a JS a lançar uma política de transparência e de respeito pelos princípios da ética republicana e responsabilidade democrática dos agentes políticos. Este processo deve passar pela discussão sobre a limitação de mandatos, pelo aprofundamento das incompatibilidades, pelo esforço de abertura dos partidos e organizações políticas de juventude à sociedade civil e aos novos movimentos sociais, e pela revigoração da imagem pública das juventudes partidárias e combate ao distanciamento dos jovens face à política.

Urge tomar posições políticas e ideológicas face aos processos de aprofundamento denominado “profissionalismo político” nas suas várias vertentes: mandatos e sua limitação, financiamento dos partidos e de campanhas internas, modelos de organização interna dos partidos, personalização da vida política e afastamento e declínio da participação da base dos militantes. Reconhecendo o papel essencial dos partidos na democracia, o aprofundamento da democratização dos partidos políticos é um passo essencial para a democratização do sistema político que a JS preconiza há diversas gerações.

Entre os mecanismos de reforço da responsiveness e accountability preconizados pela JS, importa discutir a implementação dos círculos uninominais. A responsabilização mais direta do deputado face ao cidadão é, entre outros eixos, uma medida para a modernização do sistema político, modernização essa que ideologicamente se expressa pela vontade clara do aprofundamento da transparência e aumento da capacidade de representação dos cidadãos, próprios dos valores republicanos e do socialismo democrático.

**A JS discutirá a criação de círculos eleitorais uninominais, com as devidas garantias de proporcionalidade da representação política actual, no contexto de uma profunda reforma do sistema eleitoral.**

**No âmbito das campanhas eleitorais, mais do que um apelo ao voto no Partido Socialista, a JS fará um apelo a qualquer tipo de voto, como expressão da mais fecunda forma de participação democrática.**

De modo a fazer uma qualificação da democracia a partir das suas bases, deve ser incentivado o voluntariado e o associativismo juvenil, bem como a criação de mecanismos para que os jovens possam trabalhar, nas mais diversas áreas da participação cívica, por um período de tempo limitado. Programas semelhantes existem já nos países com mais fecundas tradições democráticas e participativas, revelando-se instrumentos determinantes na solidificação do tecido social e na capacitação profissional das gerações mais jovens.

**A JS defende a promoção de um programa nacional que enquadre e incentive o exercício voluntário da cidadania ativa dos jovens portugueses, transversal à sua origem socioeconómica e geográfica.**

O projeto de aumento da participação, cultura cívica e capacidade de intervenção da Juventude Socialista passa por um aprofundamento da sua relação com a sociedade civil, expressa pelos movimentos sociais e formas de ativismo político, com os quais a JS quer ter um diálogo e uma relação recíproca na delimitação de soluções para o país e combate à austeridade e ao distanciamento dos cidadãos e jovens face à política.

Nas diversas áreas setoriais (desde o ambiente a questões LGBTT ou de direitos fundamentais), a JS deve mobilizar outras organizações e movimentos para as suas causas e batalhas políticas, encontrando plataformas comuns de diálogo assentes no respeito da importância de todas as formas de ativismo e participação política, com uma importância crescente e com um papel fundamental para o aprofundamento dos mecanismos de representação e participação.

**A JS irá aprofundar o seu trabalho de aproximação aos movimentos sociais independentes e apartidários, construindo um diálogo recíproco que seja proveitoso para todos os envolvidos.**

Neste processo de diálogo, a capacidade de a JS reinventar a sua cultura política passa também pela capacidade de dialogar à esquerda, em particular com o PCP e Bloco de Esquerda, assumindo a responsabilidade de liderar esse debate enquanto representante dos jovens do partido de esquerda no arco da governação, para a criação de plataformas políticas comuns dentro e fora da Assembleia da República.

**NINGUÉM FICA PARA TRÁS!**  
Juventude em proximidade.

[www.ninguemficaparatras.pt](http://www.ninguemficaparatras.pt)